

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

ALIANE SILVA ALVES SOARES



EDUCAÇÃO E BIOPOLITICA EM MICHEL FOUCAULT

PROF-FILO

**MONTES CLAROS
2019**

ALIANE SILVA ALVES SOARES

EDUCAÇÃO E BIOPOLITICA EM MICHEL FOUCAULT

Tese apresentada ao curso da Pós-Graduação em Filosofia, setor de Ciências Humanas, Filosofia, Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção de título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ildenilson Meireles
Barbosa.

**Montes Claros – MG
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre guiar-me em minhas escolhas.

Ao meu esposo Adriano pelo amor, companheirismo, compreensão e motivação.

Ao meu filho Antônio Lucas por trazer luz, amor e alegria a minha vida. Lembrando-me a cada sorriso a importância de sempre perseverar.

Aos meus pais, meus exemplos de perseverança, amor e humildade.

A minha irmã pelo incentivo e motivação.

Ao meu orientador o Professor Doutor Ildenilson Meireles Barbosa por ter contribuído para que este trabalho pudesse ser concluído.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Filosofia.

Ao diretor Danilo Silva Cordeiro, professores e alunos da Escola Estadual professor Plínio Ribeiro que contribuíram durante a intervenção do meu trabalho.

E a todos que de forma direta e indireta me apoiaram, e me incentivaram a continuar perseverando.

A idéia de que o poder está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. (Henrique de Oliveira Lee; Gustavo Cerqueira – Guimarães)

RESUMO

Essa dissertação tem o intuito de analisar e refletir segundo o pensamento do filósofo Michel Foucault, a manifestação do poder dentro da instituição escolar, tendo como base a Escola Estadual Professor Ribeiro situada na cidade de Montes Claros. Partindo das análises do poder disciplinar tratada por Foucault, foi traçado as formas de manifestação de tal poder dentro das instituições. Na análise Foucaultiana é possível perceber que o poder disciplinar se faz presente dentro das instituições as quais são necessárias manter o controle do corpo individual, adestrando-o, docilizando-o, moldando-o. Essas instituições são: as fábricas, o exército, as escolas, etc. De acordo com a concepção de Foucault, esses locais onde se faz necessário os exercícios das disciplinas, como as escolas são chamadas de instituições de sequestro, pois através de um controle dentro de um espaço e tempo são capazes de padronizar pensamentos, moldar condutas e comportamentos. Essas análises nos direcionam à uma outra forma de manifestação desse poder dentro das escolas, manifestação essa que não é do tipo disciplinar em seu sentido negativo, pois os poderes presentes dentro dessa instituição, seja em sua forma macro ou micro vem ganhando novas formas de manifestação ou atuação, pois não se trata mais de uma disciplina que conduz, cria e forja o corpo individual dentro da sua tecnologia. Aqui não se trata de uma negação do poder disciplinar dentro das escolas e sim de uma nova forma de atuação que recai sobre a comunidade escolar como um todo, sendo necessária para tornar o ensino aprendizagem possível e útil aos educandos. Depois de analisar as possibilidades de manifestação do poder disciplinar nas escolas, foi inserido dentro desse contexto os mecanismos biopolíticos integrados aos parâmetros neoliberais que de certa forma se fazem presentes nas escolas. A educação escolarizada passa então a ser analisada a partir do modelo de governamentalidade moldada e conduzida pelo neoliberalismo. No entanto, há autonomia de pensamento e isso faz com que nem sempre o corpo discente se deixe guiar por esse poder neoliberal traçado por uma governamentalidade. Para o desenvolvimento da dissertação foram feitos dois experimentos em momentos distintos. O primeiro voltado para os docentes dando ênfase as reflexões em torno da manifestação disciplinar dentro da instituição de ensino base da pesquisa. E no segundo momento, voltado para os discentes, objetivando reflexões sobre as tecnologias biopolíticas e neoliberais presentes na escola.

Palavras-chave: educação, poder disciplinar, biopolítica, neoliberalismo

ABSTRACT

This paper intends to analyze and reflect according to the thought of the philosopher Michel Foucault, that is the manifestation of power within the school institution, it is especially based on Professor Ribeiro state school, which is located in Montes Claros city. Starting from the analyzes of the disciplinary power treated by Foucault, the forms of manifestation of such power in the institutions were traced. In the Foucault's analyzes it is possible to perceive that the disciplinary power is present in the institutions which is necessary to maintain the control of the individual body, training it, docilizing it, molding it. These institutions are the manufactures, the Army, the schools, etc. According to Foucault's point of view, those places where disciplinary exercises are necessary, as schools, they are called kidnapping institutions, because through control in a space and time they are able to standardize thoughts, shape ways and behaviors. These analyzes point us to another form of manifestation of this power at schools, a manifestation that is not of the disciplinary one in its negative sense, since the power presents in this institution, whether in its macro or micro form, has been gaining new ways of manifestation or acting, since it is no longer a discipline that leads, creates and forges the individual body within its technology. Here it is not a denial of disciplinary power at schools, but a new form of action that falls on the school community as a whole and it is necessary to make learning teaching possible and useful for learners. After analyzing the possibilities of manifestation of the disciplinary power in schools, it was inserted in this context the biopolitics mechanisms which are integrated to the neoliberal parameters and to a certain extent are present at schools. School-based education is then analyzed from the model of governmentality which is shaped and led by neoliberalism. Nevertheless, there is an autonomy of thought, so it is not always that students are guided by this neoliberal power and traced by a governmentality. For the development of the paper two experiments were done at different times. The first one was focused on teachers, emphasizing the reflections around the disciplinary manifestation in the instituting of teaching which was the selected one of the research. And in the second moment, it aimed at the students, focusing their reflections about the biopolitics and neoliberal technologies which are present at school.

Key-words: education, disciplinary power, biopolitics, neoliberalism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	44
---------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	41
Tabela 2	42
Tabela 3	42
Tabela 4	45
Tabela 5	83
Tabela 6	83
Tabela 7	83
Tabela 8	84
Tabela 9	84
Tabela 10	84
Tabela 11	85
Tabela 12	85
Tabela 13	85
Tabela 14	86
Tabela 15.....	86
Tabela 16.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 – O PODER E AS INSTITUIÇÕES	
1.1 DO PODER SOBERANO AO PODER DISCIPLINAR	14
1.2 EDUCAÇÃO DISCIPLINAR	33
1.3 EXPERIMENTO I: SEM SAÍDA?	40
 CAPÍTULO 2- BIOPOLÍTICA, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO	
2.1INTRODUÇÃO AO BIOPODER	47
2.2 DA CONDUÇÃO DAS ALMAS A RAZÃO DE ESTADO.....	61
2.3 O PROCESSO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS A PARTIR DA DINAMICA BIOPOLITICA E NEOLIBERAL.....	77
2.4 - EXPERIMENTO II: LINHAS DE FUGA!.....	81
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 88
REFERÊNCIA	90
APÊNDICE 1.....	93
APÊNDICE 2.....	95

INTRODUÇÃO

Apesar do filósofo Michel Foucault não ter dedicado uma obra exclusiva para tratar da educação, suas análises sobre este assunto são pertinentes para discutir o sistema educacional na nossa atualidade.

Foucault trata da educação escolar a partir do poder disciplinar, um poder que adentra, controla e molda o corpo individual dentro de um espaço fechado e hierarquizado, transformando-o em algo útil para a sociedade. Em outro momento de suas análises é possível compreendermos a educação a partir de pressupostos biopolíticos, ou seja, Foucault trata da disciplinarização do individual e a biopolítica do social presente dentro das instituições escolares. Assim,

Foucault nos mostra, porém, que antes de meados do século XVIII o homem não existia. Enquanto objeto de conhecimento, o homem é o resultado da configuração epistemológica do saber moderno e um efeito do poder disciplinar. Isso não seria possível sem a ajuda da pedagogia, da escolarização e das instituições educativas. A escola deve ser compreendida, a partir de Foucault como um local de articulação dos poderes e saberes na produção do sujeito moderno. (MOURA, 2010, p.15)

O que aproxima o pensamento de Foucault da educação é o fato de que o elemento fundamental para a pedagogia é o sujeito. Assim, no que tange o seu pensamento, a escola não é apenas uma instituição de ensino, mas também um local de vigilância e controle constantes dentro de uma ordenação disciplinar, isto é, uma ordenação celular que distribui os indivíduos dentro de um espaço classificatório, como por exemplo: a distribuição dos alunos por séries, o lugar que cada um ocupa nas filas; também são ordenados de forma orgânica que parte das imposições das regras, do rigor no cumprimento das atividades e horários; e como tal ordenação se manifesta em sua forma genética que parte da classificação por meio da qualidade e produção, assim o aluno que aproveita o seu tempo dentro do espaço se diferencia demonstrando sua aprendizagem e competências com boas notas nas avaliações, exercícios e série; há também a ordenação combinatória que envolve as três anteriores. Após o corpo ser classificado em um determinado espaço e tempo, torna-se necessário ajustar o corpo para compor forças com outros corpos para a obtenção de um ótimo resultado.

No Brasil, a manifestação do poder disciplinar também se fez e ainda se faz presente. Um exemplo da sua manifestação ocorreu no período militar, onde o ensino se deu de

forma rígida e os modelos padronizados dos prédios escolares se igualavam ao panóptico. Mas o que restou dessa disciplina ditatorial dentro das escolas? Percorrendo as obras de Foucault onde ele trata da educação e comparando sua concepção com as escolas brasileiras, atualmente é possível perceber que o poder disciplinar tomou outra forma. Não estou dizendo que ele deixou de existir, mas o seu exercício se manifesta de forma mais branda e os docentes conseguem escapar a essa disciplina. Essa concepção não parte de uma generalização, pois cada escola possui a sua realidade,

Hoje um dos maiores desafios dos professores é lidar com a indisciplina dos alunos, mas novos critérios para conter essa indisciplina surgiram. Tais critérios não levam ao adestramento e docilização dos discentes, mas atua de forma respeitosa, salvaguardando os direitos dos alunos. Isso não significa que não exista o poder dentro das instituições escolares, existe, visto que ele se faz necessário para manter a ordem e tornar a educação possível. E essa manifestação de poder existente não perpassa apenas corpo discente, mas envolve a comunidade escolar como um todo, voltando-se para obtenção do sucesso no processo de ensino e aprendizado, ou seja, ele não ocorre mais com a mesma função disciplinar, como uma forma perversa de dominação do corpo, onde.

Toda classe deve fazer junta e ao mesmo tempo, a mesma atividade – esta é a garantia de que existe um bom rendimento e uma efetiva aprendizagem. Como diz Foucault em relação à composição das forças, uma das condições que ele reputa como essencial para o controle é o uso de um conjunto de elementos distintos, como uma classe escolar por exemplo. “o tempo de uns deve-se ajustar ao tempo de outros de maneira que se possa extrair a máxima quantidade de forças de cada um e combiná-la num resultado ótimo”. (MORANDO, Eunice Maria Godinho, 1995, p.128)

Através de pesquisas bibliográficas, utilizando textos e obras de Michel Foucault, busquei identificar quais são as manifestações do poder disciplinar e da biopolítica dentro das escolas. Em *Vigiar e Punir* Foucault tratou do poder disciplinar dentro das instituições produzindo sujeitos padronizado, úteis, docilizados, adestrados, vigiados, controlados. A principal referência para o exercício desse poder foi o Panoptico criado por Jeremy Bentham o qual serve de parametro para construção dos prédios institucionais como, por exemplo: fábricas, quartéis, escolas e etc. Já em *Segurança, Território e População*, Foucault desenvolveu uma genealogia a respeito de um poder que cria mecanismos de regulação não do indivíduo e sim da população. Esse poder, ele chamou de biopolítica e consiste em uma racionalidade de governo, isto é, em uma arte de governar dentro de uma razão de Estado que

garante o controle da massa, da população a partir de mecanismos de segurança, econômicos e políticos. Essa biopolítica se integra ao neoliberalismo que muitas vezes se instalam na instituição escolar visando a preparação do aluno para o mercado de trabalho.

Durante a minha intervenção pedagógica, pude observar que a manifestação do poder disciplinar no seu sentido de vigilância contínua, adestramento, etc. vem perdendo o seu espaço. Visto que, como professores somos levados a buscar diariamente recursos, estratégias e novas metodologias que auxiliem nosso trabalho e tragam resultados positivos que abrange a disciplina e a aprendizagem dos alunos.

Para tais análises o presente trabalho é constituído de dois capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma breve análise do conceito de poder dentro da concepção foucaultina e como se deu a passagem do poder soberano para o poder disciplinar, o qual levou a domesticação e a docilização por meio de técnicas e métodos de vigilância e punição, formando o indivíduo útil e adestrado dentro das instituições. As análises e conceitualização do poder torna-se necessária para que possamos entender o que Foucault chama de poder e como ele perpassa todas as instituições e se manifesta através de uma microfísica. Logo após, pensaremos as disciplinas dentro das instituições, tomando a escola como exemplo de sua manifestação. Qual a disciplina presente no âmbito escolar. Nesse capítulo, desenvolvi alguns elementos experimentais das teses de Foucault sobre o poder disciplinar a partir da minha prática docente. No segundo capítulo, com base no biopoder, a educação foi analisada dentro de uma governamentalidade biopolítica levando em consideração o neoliberalismo. Ou seja, dentro desse contexto o processo educacional vem assumindo o papel de formação de sujeitos para o mercado de trabalho dentro de uma sociedade neoliberal, ou o que Foucault chamou de racionalidade governamental moldada por uma biopolítica, onde cada vez mais se encontra ligada as práticas pedagógicas educacionais. Nesse capítulo as práticas experimentais não objetivam o poder disciplinar, mas as práticas biopolíticas presentes na escola, cuja finalidade consiste em “romper com as estratégias do poder disciplinar e inventar uma nova realidade” (MOURA, Thelma Maria, 2010).

Ao transitar pelas obras de Foucault que foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho, é possível observar as diversas mudanças que ocorreram com o passar do tempo. Se compararmos o século XVIII com o século XXI uma nova mentalidade surgiu e conseqüentemente novas mudanças e adequações nas instituições escolares foram necessárias. Dessa forma, as disciplinas nas escolas não visam mais o aluno objeto, mas como fala o Silvio Gallo, objetiva um formador de conceitos, que foge da padronização muitas vezes disseminada e propagada pelo senso comum.

No entanto, é possível constatar que embora a educação assuma parâmetros neoliberais, o seu conceito como formadora para o exercício da cidadania ainda permanece e o sujeito-aluno tem plena consciência de sua importância para a sua formação integral, pois eles são capazes de reintegrá-la e utilizá-la de forma adequada para as suas vidas. Tal constatação foi possível mediante a intervenção feita na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, onde os alunos não se colocam como um sujeito passivo e sim ativo e atuante dentro do processo educacional.

A experiência em lecionar filosofia nessa escola há seis anos é gratificante, a experiência vai além do ato de lecionar. A construção de valores, o respeito, o exercício democrático os quais dispõe a escola é essencial dentro do processo de ensino aprendizagem que envolve a comunidade escolar como um todo (direção, vice-direção, supervisão, professores, ATBS¹, ASBS², pais e alunos. A Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, chamada comumente de Escola Normal é considerada a segunda maior do Norte de Minas Gerais e a mais antiga da cidade de Montes Claros, criada no ano de 1879 pelo presidente da Província Manuel Gomes Rabelo Horta, a escola hoje é referência em ensino público. Ela conta com um corpo discente extenso, de cultura e valores diferentes, abrange diversas regiões dentro de um contexto que nos levam enquanto professores agregar em nossas aulas novos recursos metodológicos que atendam e respeitam as particularidades dos alunos que ali se ingressa.

¹ Assistentes técnicos de educação básica.

² Auxiliar de serviços de educação básica.

CAPÍTULO 1

O PODER E AS INSTITUIÇÕES

1.1 Do poder soberano ao poder disciplinar

O capítulo I busca compreender o poder nas escolas a partir da concepção foucaultiana. No entanto, como o filósofo não tratou especificamente sobre a educação, assim como também não escreveu nenhum livro voltado para tal tema, essa questão será analisada a partir da concepção do poder dentro das instituições de forma geral tomando a escola como exemplo. No entanto, para isso faz-se necessário uma análise sobre a concepção do poder para o filósofo partindo do poder de soberania, passando para as disciplinas até chegar ao biopoder.

Assim como Michel Foucault não escreveu nenhuma obra específica sobre a educação, ele também não dedicou nenhuma obra exclusiva para tratar do poder, esta questão sempre esteve presente em todas as suas análises, discussões, textos e conferências. E isso fez com que o poder se tornasse indissociável do seu pensamento, fazendo com que ele se dedicasse ao longo de sua vida a analisar como o poder se manifesta dentro das sociedades ocidentais. A partir de seus estudos, Foucault formulou conceitos que se integram e se constituem não como uma forma específica, mas como modos de exercícios, de estratégias, de funcionamentos que fazem com que vários poderes funcionem de forma precisa, articuladas, ao mesmo tempo e em um mesmo lugar, sobre um mesmo indivíduo ou sobre a massa. Com isso, o nosso filósofo não desenvolveu uma teoria universal, global e tampouco dá uma conceitualização exata do que venham ser o poder. Ele define o poder como sendo microfísica, isto é, micropolíticas capilarmente distribuídas em todos os lugares e sendo exercida por todas as pessoas; constituindo-se em relações de poder que não funcionam através da força física, do corpo supliciado, da dor e do sofrimento como na relação soberano e súdito, mas também através de um exercício contínuo. As relações de poder ocorrem tanto nas sociedades disciplinares, de vigilância contínua, como nas sociedades cujo poder sobre a vida é envolvido por um governo que tem por objetivo conduzir as ações, controlar e gerir vidas, mesmo que para isso seja necessário destruir outras vidas.

Em uma entrevista intitulada como *Verdade e Poder*³, Foucault deixa claro que ele não foi o primeiro a colocar a questão do poder, pois esta questão já havia sido colocada em outros termos, tais como: em termos de constituição, de soberania, em termos jurídicos, e pelos marxistas como sendo Aparelhos de Estado. Estes termos eram tratados de forma global, sem nenhuma análise de como o poder foi constituído, qual sua especificidade, suas táticas e técnicas. O que levou Foucault a construir suas análises em torno da questão do poder fora do campo das análises políticas. Pois ao contrário das ciências políticas que resumia o poder em poder de Estado, Foucault vai dizer que o poder não se limita ao Estado, isto é, o poder não precisa estar inserido no Estado para funcionar. O poder se articula de diversas formas, de diversas maneiras, atuando de forma integrada ou não ao Estado. E é seguindo esta linha de raciocínio que Foucault afirma que o poder não precisa estar dentro de uma instituição para que ele possa existir, e que o poder não se originou de uma instituição e nem do Estado, ele tem vida própria e está por toda parte, sendo exercido de todas as formas e sobre todos os indivíduos. O poder não é uma instituição, uma estrutura, nem um poder estatal, e sim uma estratégia, onde estão contidas todas as relações de força de poder e saber. Isto é, Foucault mostra que o poder está em diferentes pontos da rede social, podendo atuar de formas variadas, pois o poder se dá a partir de lutas cotidianas e de relações de forças que surgem a partir de práticas sociais que assumem um status de verdade, de saber que institucionaliza, enclausura, disciplina, normatiza, regula e controla os indivíduos. O saber constitui relações de poder, produzindo o discurso, isto é, os mecanismos de poder que estão presentes no interior dos próprios discursos científicos. Por isso Foucault afirmar que:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não tem relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder – saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder – saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder – saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1987, p. 27)

³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 5 -6.

Através de uma situação central e periférica, e um nível macro e micro formularam-se um tipo específico de poder. Foucault volta os seus estudos para as situações periféricas e moleculares, porque esta situação se encontra fora do Estado, sendo constituídas por várias práticas sociais e, por conseguinte não é absorvido e nem criados pelos Aparelhos de Estado. O que esta situação periférica visa é distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica do poder que se expande por toda a sociedade, assumindo formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando o corpo como técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo- e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana de cada indivíduo e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. Esta perspectiva é constantemente direcionada para o desenvolvimento daquilo que se configurou como sendo a “*Microfísica do poder*”⁴, ou seja, para Foucault, existe micro-poderes, micro-políticas inseridas na corporeidade de cada indivíduo, que os controlam a todo momento, controlando seus hábitos, sentimentos, emoções, impulsos e vicissitude como ponto fundamental a qual atua um emaranhado complexo de uma série de lutas e de confrontos inerentes a tais saberes, no processo de produção de poder. Sendo assim, em *Vigiar e Punir* Foucault fala que o indivíduo e o seu corpo sempre esteve mergulhado em um campo político, onde “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele ; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”⁵. O que Foucault chama atenção é que deste a época clássica até a contemporaneidade o poder é exercido dentro de uma relação estritamente política que é cuidadosamente organizada, calculada e utilizada, o que vai fazer com que o “o investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação”⁶.

Uma das preocupações de Foucault foi procurar dar conta do nível molecular do exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro. A esta análise, Foucault deu o nome de descendente, no sentido em que produziria o poder partindo do Estado

⁴ O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlatos à investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo.

⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 25.

⁶ *Ibidem*, 1987, p. 25.

e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade penetrando e reproduzindo em seus elementos mais atomizados. Aqui o Estado se coloca como órgão central e único de poder, ou, a rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de modos de ações, o que significa destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. De acordo com os estudos genealógicos realizados pelo nosso filósofo os mecanismos e técnicas infinitésimas de poder estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes a qual analisa os micro-poderes que possuem tecnologias e história específica, relacionando-se com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado.

Foucault não propõe uma análise do poder voltada para a dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute em outros setores da vida social de modo homogêneo, e sim um poder que tem existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Por muitas vezes, foi fora do Estado que se instituíram as relações de poder essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação centradas no aparelho de Estado.

Ao distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício, Foucault detectou as características de poder que se diferenciaram do Estado e seus aparelhos. Os poderes não estão localizados em nenhum tipo específico da estrutura social. O poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada e ninguém conseguem escapar, e que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Pode-se então dizer que o poder não existe, o que existe são práticas ou relações de poder, isto é, o poder é algo que se exerce que se efetua, que funciona. Louis Althusser em sua obra “Aparelhos Ideológicos de Estado” contrapõe a concepção foucaultiana mostrando essa relação entre poder e Estado a partir da concepção marxista.

Para Althusser, o estado é um aparelho repressivo, onde as classes dominantes (a burguesia) mantêm o poder sobre as classes operárias, submetendo-as à “exploração capitalista”⁷. Sendo assim, segundo a concepção de Althusser o Estado se configurou como sendo aquilo que o marxismo chamou de “Aparelhos de Estado”. Os Aparelhos de Estado compreendem vários aparelhos especializados cuja existência e a necessidade se dá pelas exigências da prática jurídica. Esses aparelhos especializados são: a política, os tribunais, as

⁷ Marx chama a exploração capitalista de processo de extorsão da mais-valia.

prisões, o exército que intervém diretamente como força repressiva de apoio aos policiais, o chefe de Estado, o governo e a administração. Apesar de o Estado e sua existência em seu aparelho só fazer sentido em função do *Poder de Estado*, Althusser aponta para a necessidade de distinguir o Poder de Estado do Aparelho de Estado, distinção esta que segundo ele faz parte da “teoria marxista”. Assim o Aparelho de Estado que engloba a polícia, os tribunais, as prisões, transformam-se em aparelhos repressivos de Estado, ou seja, que funciona a partir da violência, já o poder de Estado é tomado ou mantido por certa classe ou por uma aliança de classes que utilizam os Aparelhos de Estado em função de alcançar seus objetivos, ou seja, o poder seria poder de estado localizado no próprio aparelho de Estado. A partir da teoria marxista, para Althusser, os Aparelhos de Estado são instituições que atuam de forma repressiva junto à sociedade a fim de manter a ordem social, e essa ordem vai se dar por meio da violência. Por outro lado, Foucault mostra que não é bem assim que funciona a questão do poder. Segundo Foucault, o poder não é uma propriedade e sim uma estratégia e seus efeitos estão atribuídos a “disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamento; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter”⁸; “o poder se exerce mais do que se possui, não é privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégica”⁹. Estas análises não negam a existência das lutas de classes, como colocou o marxismo, mas as insere em um quadro completamente diferente. Ao tratar do poder Foucault rompe com as concepções clássicas, pois para ele o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que torna impossível a tomada de poder proposta pelos marxistas. Assim, o poder não é algo que o indivíduo cede ao soberano (concepção contratual jurídico-política), e sim uma relação de forças. Pois quando colocamos o poder como uma relação de forças, podemos dizer que o poder está em todas as partes, não imunizando ninguém dos seus efeitos e fazendo de todos dependentes desse poder. O poder foucaultiano não é um poder de obrigações e proibições aos que não detêm do poder, pelo contrário, o poder “os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcançam”¹⁰. O que significa que o poder é exercido por todos ao mesmo tempo em que todos são controlados por este poder dentro da sociedade. Dessa forma o que Foucault quer mostrar é que o poder não só reprime

⁸ Id. Ibidem, 1987, p. 26.

⁹ Id. Ibidem, 1987, p. 26.

¹⁰ Id. Ibidem, 1987, p. 26.

como também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades práticas e subjetividades.

A análise da situação do poder na sociedade se completa pela tematização do problema do seu modo de ação, o que levou à genealogia desenvolver uma concepção não jurídica do poder. Com isso é impossível dar conta do poder se ele é caracterizado como um fenômeno que diz fundamentalmente respeito à lei ou a repressão, tornando-se necessário uma reorganização do sistema judiciário e penal, modificando completamente a forma de punir quem rompia com a lei imposta pelo poder soberano.

E a partir da concepção de poder proposta por Foucault serão traçadas as diferenças entre duas sociedades: a sociedade soberana e a sociedade disciplinar, o que significou a sociedade soberana? Por que em *Vigiar e punir* Foucault avalia a sociedade disciplinar como sendo uma das fundamentais tecnologias de poder das sociedades contemporâneas? Por que houve uma profunda transformação nos mecanismos de poder, dando início ao surgimento da sociedade disciplinar? E como esse poder penetra todas as instituições inclusive a escola?

Foucault buscou analisar o poder desde as monarquias até sua forma mais atual. Ao fim da época clássica, inicia-se o deslocamento do exercício do poder no sentido de assumir como prerrogativa a necessidade de preservar a vida e de geri-la, no sentido de expandir suas forças e ordená-las segundo o princípio de normalidade, inerentemente associado à noção de saúde ou à de patologia, como seu contraponto. O poder passa a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las ou destruí-las e o direito de morte passa a se apoiar nas exigências de um poder de deixar viver ou fazer morrer. O direito de deixar viver ou fazer morrer simbolizava o poder soberano que tinha em suas mãos o direito de vida e de mortes dos súditos.

O poder soberano representou uma violência legal durante a Época Clássica, onde a mortificação assumiu novas formas de execuções através dos suplícios; uma barbárie calculada e ostensiva. Durante a Idade Média as execuções eram feitas às claras, diante de uma plateia que assistia de perto todo terror das punições, da severidade do poder soberano sobre o corpo do condenado. Mas apesar da execução ser pública se tornando exemplar e despertando o medo entre as pessoas para evitar a repetição do crime, o processo e o julgamento, nos tribunais da inquisição, eram secretos sem a participação do povo, pois a decisão sobre a vida e morte do criminoso cabia somente ao soberano que punia com toda severidade.

As punições estabelecidas pelo poder soberano nem sempre tinham no crime e na sua vítima, objeto de punição, pois o crime além da vítima atacava o soberano e suas leis. O poder soberano aplicava métodos brutais para punir quem praticava alguma modalidade de

crime. Corpos mutilados, torturas inimagináveis, dor e sofrimento, todos os elementos jurídicos de um processo de apuração do ato, julgamento e condenação, todos esses processos eram revestidos por uma legalidade e aplicados por todas as autoridades, que não deixava nenhuma possibilidade de defesa para o condenado, a não ser pela confissão do crime que às vezes o preservava o condenado do sofrimento causado pela tortura que se dava de forma ritualizada e teatral, levando-o diretamente a forca ou a decapitação. Dessa forma, quando o juiz pedia ao criminoso que confessasse sua culpa e se humilhasse diante dele, seria como se o juiz pedisse ao culpado que reconhecesse que não é ele que o julga, mas sim a sociedade, e mais seria como se o criminoso dissesse que: por consequência do meu crime eu peço a minha pena, sou eu, portanto, que puno a mim mesmo e não é o senhor juiz.

O criminoso que confessa vem desempenhar o papel de verdade viva. A confissão, ato do sujeito criminoso, responsável e que fala, é a peça complementar de uma informação escrita e secreta (...). Pela confissão, o próprio acusado toma lugar no ritual de produção de verdade penal (...). Pela confissão, o acusado se compromete em relação ao processo; ele assina a verdade da informação (...). Essa dupla ambiguidade (elemento de prova e contrapartida da informação; efeito de coação e transação semivoluntária) explica os dois grandes meios que o direito criminal clássico utiliza para obtê-la: o juramento que se pede ao acusado antes do interrogatório (ameaça por conseguinte de ser perjuro diante da justiça dos homens e diante da de Deus; e ao mesmo tempo, ato ritual de compromisso); a tortura (violência para arrancar uma verdade que, de qualquer maneira, para valer como prova, tem que ser em seguida repetida, diante dos juizes, a título de confissão “espontânea”). (FOUCAULT, 1987, p. 34 - 35).

Dentre tais práticas de punições, as mais comuns eram os suplícios, uma pena dolorosa, cruel e desumana, seu objetivo era produzir marcas que não se apagam. O suplício tem função jurídico-político, sendo sem dúvidas uma das partes essenciais na administração da justiça que apesar de cruel, não era considerado irregular e nem selvagem. O suplício era um cerimonial que servia para reconstruir a soberania lesada pelo criminoso. E esta superioridade não é simplesmente a do direito, mas a força física do soberano que se abate sobre o corpo do seu adversário e o domina, pois atacando a lei o infrator lesa o príncipe e torna assim o seu inimigo, dessa forma o príncipe se apodera do corpo do condenado, tomando-o como instrumento para mostrá-lo marcado, vencido e quebrado. O suplício era uma forma de mostrar a vitória do Estado sobre o corpo do condenado. A morte dada pelo suplício era chamada também de mil mortes, pois a morte não se dava de repente, o poder tinha o cuidado de calcular a quantidade de sofrimento do condenado, para que ele mesmo tivesse tempo de assistir com os próprios olhos e sentir a sua própria morte:

O suplício faz correlacionar o tipo de sofrimento físico, a qualidade, a intensidade, o tempo dos sofrimentos com a gravidade do crime, a pessoa do criminoso, o nível social de suas vítimas. Há um código jurídico da dor; a pena, quando é suplicante, não se abate sobre o corpo ao acaso ou em bloco; ela é calculada de acordo com regras detalhadas: números de golpes de açoite, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda (o tribunal decide se é o caso de estrangular o paciente imediatamente, em vez de deixá-lo morrer, e ao fim de quanto tempo de esse gesto de piedade deve intervir), tipo de mutilação a impor (...) Todos esses elementos multiplicam as penas e se combinam de acordo com os tribunais e os crimes. (FOUCAULT, 1987, p. 31)

Os suplícios se davam em forma de espetáculos onde o público era a sociedade que assistia de perto tamanha crueldade. Os espetáculos funcionavam como exemplo para que a sociedade não praticasse nenhum tipo de crime. Na cerimônia do suplício o personagem principal era o povo, cuja presença era fundamental para sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar tivesse acontecido de forma secreta, não teria sentido. Procurava-se fornecer exemplo não só suscitando a consciência de que a menor infração correria sério risco de punição, mas provocando um efeito de terror pelo espetáculo de poder sobre os condenados. “As pessoas não só têm que saber, mas também ver com os próprios olhos”¹¹ às cenas de terror provocadas pelos suplícios.

É necessário que tenham medo, mas também devem ser testemunhas e garantias da punição, e por que até certo ponto devem tomar parte nela. Ser testemunha era um direito que a sociedade tinha e reivindicavam; um suplício escondido era um suplício de privilegiado, e muitas vezes suspeita-se que não se realizava em toda a sua severidade. Todos protestavam quando no último instante se retira a vítima aos olhares dos espectadores. A participação da população nos suplícios se dava como um sinal de fidelidade do soberano com o povo. (FOUCAULT, 1987, p. 49).

A população se sentia mais próximo dos que sofriam a pena; em nenhuma outra ocasião ele se sentia mais ameaçado, por uma violência legal sem proporção nem medida. A solidariedade de toda uma camada da população com ao que chamaríamos pequenos delinquentes, vagabundos, falsos mendigos, maus pobres, batedores de carteira, receptores, passadores – se manifestou com continuidade; atestam esse fato à resistência ao policiamento, a caça ao denunciante, os ataques contra sentinelas ou inspetores.

Porém os suplícios não eram aplicados somente em quem cometia assassinato. Existiam formas mais amenas de suplícios para crimes leves. O suplício obedecia a três regras básicas: primeiro, o suplício deve proporcionar ao condenado um sofrimento tão intenso quanto

¹¹ Id. *Ibidem*, 1987, p. 49.

imensurável; segundo, a morte não é o objetivo primeiro do suplício, ela é um suplício quando se torna uma arte de reter a vida no sofrimento; terceiro, o suplício deve seguir uma regra ordenada, mensurada, calculada de acordo com o crime cometido, trazendo a luz à verdade.

O suplício era um cerimonial que tinha como objetivo trazer à luz a verdade do crime através do corpo do condenado. O corpo supliciado é o corpo que fala e que confessa o crime cometido e o mostra inscrito em si e sobre si por meio da tortura, dos castigos, das punições e da execução. E foi por isso que o suplício foi inserido como penalidade na prática judicial, por ser revelador da verdade e agente do poder. “Ele promove a articulação do escrito com o oral, do secreto com o público, do processo de inquérito com a operação de confissão”¹², o suplício faz com que o crime cometido se torne visível, se manifeste e se anule no corpo do seu autor.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, as relações de poder passam por grandes transformações passando a surgir novos conceitos de crime e criminoso. Dessa forma o poder soberano é substituído gradativamente pelo poder disciplinar. A prática jurídica, que surgiu logo após a reforma penal do século XVIII, foi uma das que mais absorveu as práticas disciplinares. Desta conexão, surgiu um tipo de dominação eficaz, denominado poder disciplinar carcerário, cuja autoridade enquanto poder de punir está assentado na vigência legítima da linguagem jurídica soberana e na razão do conhecimento científico das ciências humanas. A concretização do poder disciplinar, o aval da justiça e a infiltração das ciências no funcionamento da prisão constituem um modo de conceber as relações de forças na sociedade disciplinar. A contribuição do pensamento de Foucault ao discurso filosófico da modernidade diz respeito à desconstrução da dinâmica da estrutura do poder moderno, evidenciando a dívida do sistema jurídico ao domínio racional das ciências humanas e a sua cumplicidade com as relações disciplinares na configuração de uma sociedade normalizadora.

As instituições disciplinares se multiplicam e se espalham por todos os campos instrucionais e a visibilidade do soberano e invisibilidade dos súditos que se calavam diante da justiça e da força do rei é substituída pela invisibilidade da disciplina e a visibilidade do indivíduo, isto é, surge uma forma mais inteligente de punir que não é mais centrada na dor e no sofrimento físico, e sim em uma visibilidade total do indivíduo que se torna instrumento do poder moderno, poder este que Foucault chama de “disciplinar” que tem por objetivo adestrar e modificar o indivíduo. Esse novo poder se fez presente em todas as instituições, pois o seu objetivo era docilizar o indivíduo, torná-lo normalizado dentro daquilo que é considerado

¹²Id. Ibidem, 1987, p. 47.

“normal” dentro do âmbito social, e o corpo docilizado, adestrado é mais fácil de ser controlado de se “corrigir os incorrigíveis”

Durante muito tempo o direito de punir se justificou em função da prevenção. A suavidade das penas se deu diante do grito da natureza indignada com a vingança do poder soberano imprimida no corpo do condenado, pois se descobriu que no criminoso existia algo comum a todos e que pelo menos isso deveria ser respeitado: a sua “humanidade”. Esta humanidade a qual se refere Foucault trata-se de um método, uma maneira ao mesmo tempo razoável, racional, econômica de exercer o poder. Pois havia no terror e na ostentação dos suplícios um grande gasto político que era inútil e perigoso. Então foi necessário um método discreto e absolutamente econômico de exercer esse poder de punição e é a essa economia de poder que se deu o nome de “humanidade”. Assim surge uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir que se tornou essencial na reforma penal do século XVIII. No antigo sistema o corpo do condenado se tornava coisa do rei sobre o qual o soberano imprimia sua marca e deixava cair sobre ele os efeitos do seu poder. Com a reforma penal, o condenado tornou-se um bem social, objeto de apropriação coletiva. Assim no século XVII e XVIII começaram aparecer técnicas de poder que era essencialmente centrado no corpo individual, esse novo poder de punir consistia na separação (isolamento) dos indivíduos, alinhamento e vigilância total, a qual aumentava a força útil desses corpos através do exercício e do treinamento que os adestravam, modificavam e os tornavam dóceis.

Com a mudança no pensamento das pessoas em relação ao poder e as punições, surgem grandes reformadores como: Beccaria, Servan, Dupaty ou Lacretelle, Duport, Pastoret, Target, Bergasse¹³ que colocaram esta suavidade penal à ostentação judicial. Toda essa transformação no paradigma da punição se deu no século XVIII: fim da vingança do soberano, isto é, retira-se o “corpo supliciado” e entra em cena o corpo disciplinado, dando início a sociedade disciplinar.

A partir do século XVIII, inicia-se uma transformação nos métodos de punições, passando dos suplícios, a denominada “economia dos castigos”, uma forma de punir mais eficaz e mais eficiente, criando-se assim um novo modo de punir e de fazer sofrer humanamente. Dessa forma desaparece o grande espetáculo da punição física: o corpo supliciado é furtado, roubado, excluído do castigo e da encenação da dor.

Essa transformação aconteceu a partir da revolta da população contra os suplícios. Os povos reivindicavam um outro modo de punir, de forma que eliminasse a confrontação física entre o soberano e o condenado, o conflito entre a vingança do príncipe e a cólera contida

¹³ Legisladores que são autores do 1º e do 2º Código Penal francês da época revolucionária.

do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco. O suplicio havia se tornado intolerável, revoltante, visto pelo povo como tirania, pois o poder soberano excedia sua vingança tomado pelo prazer de punir. Foram reivindicadas punições ao invés de vinganças do soberano, pois os crimes ligados às agressões físicas, os assassinatos de modo geral já haviam diminuído muito no final do século XVII, passando de crimes sangrentos para uma criminalidade de fraudes. Fazendo com que o poder de punir se ajustasse a esse novo conceito de criminalidade.

A transformação do sistema penal se deu através da reelaboração teórica da lei penal, definidos pelos autores: “Beccaria, Bentham, Brissot e legisladores que são autores do 1º e do 2º Código Penal francês da época revolucionária”¹⁴. A reelaboração teórica da lei penal consistiu em três princípios fundamentais: o primeiro princípio é que o crime ou a infração penal é a ruptura com a lei, lei civil explicitamente estabelecida no interior de uma sociedade pelo legislativo do poder político; o segundo princípio é que uma lei deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade. A lei define como repreensível o que é nocivo à sociedade, definindo assim negativamente o que é útil; o terceiro princípio se deduz naturalmente dos dois primeiros: uma definição clara e simples do crime. O crime não é algo que se aparenta com o pecado; é algo que danifica a sociedade, é um dano social, uma perturbação, um incômodo para a sociedade.

Com a reelaboração do sistema judicial e penal, surge um novo conceito de criminoso. O criminoso passa a ser um inimigo interno da sociedade, ou seja, ele rompe o pacto que havia teoricamente estabelecido com a sociedade. Dessa forma o crime passa ser um dano social e o criminoso um inimigo da sociedade. E diante dessa nova definição de crime e criminoso, Foucault em sua obra “A Verdade e as Formas Jurídicas” pergunta: “como a lei penal deve tratar esse criminoso ou reagir a esse crime?”¹⁵. Pois diante desse novo conceito de criminalidade a lei penal não pode prescrever uma vingança, como se dava na época Clássica, onde o poder representava a vingança do soberano, e tão pouco como redenção de um pecado, pois o crime não tem mais nada a ver com a falta, com a lei natural, divina e religiosa. A lei penal deve reparar o mal ou impedir que o crime se repita, surgindo assim novos tipos de punições: como a deportação; a vergonha e a humilhação em público; a reparação do dano social, o trabalho forçado; e a pena que consiste em fazer com que o crime não venha se repetir que faça com que o criminoso não sinta mais a vontade de causar danos à sociedade, para isso à pena deve se ajustar na medida exata, isto é, a pena de talião, ou seja, mata quem matou, toma-

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p. 80.

¹⁵ *Ibidem*, 1999, p. 81.

se os bens de quem roubou, etc. Porém muitas dessas punições não foram colocadas em práticas e com o tempo foram revestidas com penalidades completamente diferentes adotadas pela sociedade industrial, como Foucault mostra em sua obra *A verdade e as Formas Jurídicas*:

A deportação desapareceu bem rapidamente; o trabalho forçado foi geralmente uma pena simplesmente simbólica, em sua função de reparação; os mecanismos de escândalos nunca chegaram a ser postos em prática; a pena de talião desapareceu rapidamente, tendo sido denunciada como arcaica para uma sociedade suficientemente desenvolvida. (FOUCAULT, 1999, p. 84).

Com o desaparecimento dos suplícios as punições passam a ser menos direta ao corpo, passando a existir certa discrição na arte de fazer sofrer, ocorrendo à suspensão do espetáculo punitivo. O cerimonial da pena vai sendo esquecido e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. “Tudo que pudesse implicar de espetáculo desde então era de cunho negativo”¹⁶. Os espetáculos punitivos passaram a ser visto como selvageria, “fazendo os carrascos a se parecerem com os criminosos, os juízes com o assassino e o supliciado com um objeto de piedade e admiração”¹⁷. De um modo geral as práticas punitivas passaram a ter certo pudor. As penas não podiam ser mais direcionadas ao corpo provocando grande sofrimento, ou o sofrimento deveria ser evitado o máximo possível, as penas deveriam atingir a alma e não o corpo. “A expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, à vontade, as disposições”¹⁸. Daí que surgiram os sistemas penais modernos: os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição domiciliar, a deportação, são penas físicas, com exceção da multa que estão voltadas diretamente para o corpo, porém não igual ao que era nos suplícios. O corpo é colocado em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigação e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte de sensações insuportáveis a uma economia de direitos suspensos.

Porém, mesmo com o fim dos suplícios e com a nova penalidade da economia dos direitos, algo dos suplícios ainda permaneceu por algum tempo na França, onde a redução dos suplícios, a redução das mil mortes foi reduzida a um acontecimento visível, no entanto

¹⁶ Id. Ibidem, 1987, p.12.

¹⁷ Id. Ibidem, 1987, p.13.

¹⁸ Id. Ibidem, 1987, p. 18.

instantâneo e rápido, como por exemplo, a guilhotina, a máquina de mortes rápidas e discretas, que quase sem tocar o corpo suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, que acabou marcando na França, nova ética da morte legal, mas a Revolução logo a revestiu como um grandioso rito teatral.

O poder sobre o corpo não deixou de existir em meados do século XIX. A pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento, mas tomou com objetivo a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalho forçado ou prisão, privação pura e simples da liberdade, nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. A prisão nos seus dispositivos mais explícitos sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. Permanece, por conseguinte, um fundo “suplicante” nos modernos mecanismos de justiça criminal, que não está inteiramente sob controle, mas envolvido, cada vez mais por uma penalidade do incorporeal. Com o fim dos suplícios muitas coisas deixaram de serem considerados infrações e crimes, fazendo a reforma judiciária estabelecer uma nova economia do poder de julgar e punir, de modo que houvesse uma melhor distribuição do poder de punir, tornando-se mais eficaz e constante. A justiça punitiva se atém agora a uma nova realidade a realidade incorpórea. Com esse processo que houve uma necessidade de novas definições de crimes como já foi dito. Tais modificações fizeram com que alguns atos que antes eram considerados crimes fossem perdendo a importância como, por exemplo: as transformações nas definições de infração, sua hierarquia de gravidade, as margens de indigência, o que era tolerado e de fato e o que era de direito; os crimes ligados a um exercício de autoridade religiosa ou a um tipo de vida econômica foram perdendo sua conotação; a blasfêmia deixou de se constituir em crime; o contrabando e o furto doméstico perderam sua gravidade. Com isso, a prática penal foi profundamente modificada passando a julgar como crime as paixões, os instintos, as anomalias, os efeitos do meio ambiente ou de hereditariedade. Nesse processo não se julga o homem enquanto corpo e sim enquanto alma. A alma do criminoso é invocada (cientificamente) no tribunal como forma de explicar o crime e introduzi-la como um elemento na atribuição jurídica das responsabilidades, e também para ser julgada na mesma proporção do crime e assim ser punida. Dessa forma passaram a fazer algo diferente de julgar, ou seja, foram aplicados outros tipos de avaliação no próprio cerne da modalidade judicial modificando suas regras de elaboração. Até então julgar era estabelecer a verdade de um crime, determinar seu autor e aplicar-lhe uma sanção legal. Para estabelecer a verdade era necessário ter o conhecimento de três condições básicas: conhecimento da infração, conhecimento do responsável e conhecimento da lei. O sistema jurídico penal adotou um conjunto de

julgamentos apreciativos, diagnósticos, prognósticos, normativos, concernentes ao criminoso. Com isso outra verdade veio penetrar aquela que a mecânica judicial requeria uma verdade que enredado na primeira faz da afirmação de culpabilidade um estranho complexo científico – jurídico, onde a possibilidade de invocar a loucura excluía a qualificação de um ato como crime, pois esse ato não era visto como crime nem delito se o infrator estivesse em estado de demência no instante em que o cometera. Uma vez diagnosticado a loucura, interrompia o processo e retirava o poder judiciário sobre o autor. Dentro do novo sistema penal definido pelo código dos séculos XVIII e XIX, o criminoso passa por um diagnóstico psiquiátrico, onde é avaliado o perigo que ele representará futuramente para a sociedade. Assim os tribunais de justiça não o isentavam totalmente da culpa do crime, por isso, o criminoso era enclausurado, mas não para ser punido, e sim para ser tratado. Com isso, os juízes (magistrados ou jurados) passaram a fazer coisas bem diferentes de julgar. O poder de punir foi revertido por uma técnica de saber, isto é, por um discurso científico que tinha por finalidade trazer à luz a verdade do crime. Pois o portador do discurso era necessariamente o portador da verdade, por isso o discurso é regido por um controle e seguido de uma autoridade, onde não são todos que podem falar. A fala é um privilégio daquele que é possuidor de um saber, e este saber que vai constituir as relações de poder, as quais produziram indivíduos, e poder e saber sobre os homens. E é por meio deste saber que vai se dá a suavidade dos castigos, fazendo o poder de punir se apoiar em um complexo científico-jurídico.

O que substituiu esses projetos de penalidade foram às prisões que vieram caracterizar o poder disciplinar, como também a legislação vai sofrer uma inflexão formidável com relação ao que estava estabelecido na teoria. Dessa forma a legislação penal, no decorrer do século XIX, não visará somente o que é útil à sociedade, mas procurará a se ajustar ao indivíduo. Colocou-se então o problema de uma relação específica de poder sobre indivíduos enclausurados que incidiam sobre seus corpos e utilizava uma tecnologia própria de controle. E essa tecnologia não era exclusiva da prisão, encontrando-se também em outras instituições como o hospital, o exército, a escola, a fábrica. Este modelo que se generalizou por toda sociedade foi o Panopticon de Bentham.

O Panopticon de Bentham é uma figura arquitetural que sintetiza os novos dispositivos de poder disciplinar. Nele, a visibilidade é o traço característico, que permite o exercício anônimo do poder: O Panopticon aponta para instituições de visibilidade total, onde o poder se exerce de maneira automática e onde os indivíduos estão sujeitos a esse poder e são treinados, modificados em seus comportamentos. O Panopticon tornou-se um modelo generalizável, da nova tecnologia política disciplinar. Esse modelo Panopticon foi aplicado em

todos os lugares onde era necessário controlar e produzir determinados comportamentos numa multiplicidade de indivíduos. Como se pode observar em *Vigiar e Punir* quando Foucault trata do Panopticon de Jeremy Bentham.

O panóptico é uma máquina de dissociar o para ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto. Dispositivo importante, pois automatiza e desindividualiza o poder. Este tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertadas de corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos (...). O panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder (...). O panóptico é um zoológico real; o animal é substituído pelo homem, a distribuição individual pelo agrupamento específico e o rei pela maquinaria de um poder furtivo (...). Por outro lado, o panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar os indivíduos (...). O panóptico é um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles. (FOUCAULT, 1987, p. 167 -169)

“O Panopticon é uma forma de poder que repousa não mais sobre um inquirido, mas sobre algo totalmente diferente”¹⁹ a qual Foucault chama de exame. O inquirido consistia na reconstituição do acontecimento. Já o Panopticon consiste em uma imposição exaustiva de uma visibilidade integral sobre aqueles que se deve exercer o poder.

E assim que se deu a passagem do suplicio, prática penal clássica, à prisão. As prisões são apenas as expressões claramente articuladas de práticas mais generalizadas para disciplinar os indivíduos, isto é, é uma forma de exercer plenamente o poder disciplinar. A disciplina é uma técnica, não uma instituição. Ela funciona de modo sólido e quase totalmente apropriado em certas instituições. A disciplina não substituiu simplesmente outras formas de poder que já existiam na sociedade, pelo contrário, ela domina essas outras formas de poder reunindo-as, estabelecendo seu alcance, estabelecendo sua eficácia e, sobretudo conduzindo os efeitos de poder até os elementos mais resistentes e mais distantes. O objetivo da tecnologia disciplinar é forjar um corpo dócil que pode ser transformado. Ela fabrica indivíduos e é uma técnica específica de um poder que toma os indivíduos como objetos e como instrumento de seu exercício. Do século XVIII ao XIX, as relações disciplinares passaram a ser indispensáveis na organização das instituições sociais. A prática jurídica, que surgiu logo após a reforma penal do século XVIII, foi uma das que mais absorveu as práticas disciplinares. Desta conexão, surgiu um tipo de dominação eficaz, denominado poder disciplinar carcerário, cuja autoridade

¹⁹ Id. Ibidem, 1999, p. 87.

enquanto poder de punir está assentado na vigência legítima da linguagem jurídica soberana e na razão do conhecimento científico das ciências humanas. A concretização do poder disciplinar, o aval da justiça e a infiltração das ciências no funcionamento da prisão constituem um modo de conceber as relações de forças na sociedade disciplinar. A contribuição do pensamento de Foucault ao discurso filosófico da modernidade diz respeito à desconstrução da dinâmica da estrutura do poder moderno, evidenciando a dívida do sistema jurídico ao domínio racional das ciências humanas e a sua cumplicidade com as relações disciplinares na configuração de uma sociedade normalizadora.

As disciplinas são mais um campo do poder que além de tirar o poder do indivíduo sobre o seu próprio corpo, forja um corpo para encaixá-lo e assim transformá-lo em uma máquina a ser controlado e investido em uma nova microfísica do poder dada pela transformação do direito político. Pois o corpo é descoberto como fonte inesgotável de poder, não somente o seu suplício e agonia imposta pelo poder soberano, mas a sua utilização enquanto máquina, princípio e disciplina. O corpo se torna submisso, composto de docilidade e fragilidade, algo manipulável e facilmente adestrável. E vai ser através da docilidade que o corpo vai ser utilizado transformado e aperfeiçoado.

Desde sempre o corpo foi objeto de poder, enquanto a isso não há nada de novo, pois o corpo sempre esteve preso a limitações, proibições e obrigações. O que há de novo na disciplina são as técnicas de domínio que poder assume para controlar o corpo. A disciplina dos séculos XVII e XVIII é diferente de todo tipo de massificação anteriormente aplicada, foge largamente dos princípios escravistas, da domesticidade, da vassalidade, do ascetismo e das disciplinas do tipo monástico da época clássica, é uma utilização do corpo para determinados fins. A disciplina fabrica corpos dóceis, submissos, porém altamente especializados e capazes de desempenhar inúmeras funções. Tal princípio é melhor aprovado no corpo econômico, ou seja, nas fábricas. O controle de produção totalmente observável praticamente elimina o erro e o vazio, aumentando assim os rendimentos. Assim a existência de um regime disciplinar já pressupõe um sistema penal, uma micro penalidade para a possível transgressão a qualquer norma. Assim Foucault vai afirmar que:

Na essência de todos os sistemas disciplinares, funcionam um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilegio de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem um “infra-penalidade”; quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. (FOUCAULT, 1987, p. 149).

Dessa forma da disciplina nasce à arte do corpo humano que visa em aumentar suas habilidades, sua sujeição e principalmente torná-lo obediente e mais útil. “Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”²⁰. Nasce uma outra mecânica do poder, uma nova anatomia política que vai definir como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros através de uma observação contínua, onde cada movimento, cada ato do indivíduo é observado e avaliado como sendo certo ou errado.

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localização esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-lo em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro (entre o exercito e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas). (FOUCAULT, 1987, p. 119).

A disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. Isola-o em um espaço fechado, esquadrihado, hierarquizado, capaz de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo específico que dele surge. Mas, o poder disciplinar não necessita necessariamente de espaço fechado para se realizar. O que é fundamental na disciplina é o tempo. Isto é, ela estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de eficácia. As disciplinas controlam as atividades dos indivíduos, estritamente coordenadas em relação aos horários, ao conjunto dos demais movimentos corporais e aos objetos a serem manipulados, visando obter o máximo desenvolvimento das atividades ao longo do tempo. Sendo assim, distribuídos espacialmente e controlados temporalmente, as disciplinas fazem com que os indivíduos obtenham um

²⁰Id. Ibidem, 1987, p.119.

funcionamento eficiente em conjunto através da composição das forças individuais. Porém a disciplina não é simplesmente espaço e tempo, mas também uma composição de forças que faz com que o corpo do indivíduo se transforme em um aparelho eficiente que visa, sobretudo, a produtividade, mas não só no sentido econômico como também a produtividade nas fábricas o aumento de produção de saber nas escolas e de força no exercito de tal modo que torne o exercício do poder menos custoso politicamente e economicamente.

O poder disciplinar se volta para o “adestramento” dos indivíduos tornando-os objetos e instrumentos de seu exercício. Esse poder se dará a partir de alguns mecanismos: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. A vigilância hierárquica se dá através do olhar, onde o indivíduo deve se sentir permanentemente vigiado. Aqui a disciplina se torna invisível e mantém total visibilidade sobre os sujeitos que são controlados e disciplinados a todo o momento sem se darem conta. Isto é, as instituições disciplinares (fábricas, exército, escola, hospital, etc.) “produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento”²¹, onde todos os sujeitos estão sob o olhar do poder que formaram em torno dos homens, um aparelho de registro e de treinamentos. O dispositivo de vigilância mais importante que Foucault vai se referir é o panóptico de Bentham. Essa criação política de Bentham tem como função uma vigilância permanente em seus efeitos, criando e sustentando uma relação de poder independentemente de quem o exerce.

A sanção normalizadora implica toda uma micro penalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade visando os comportamentos desviantes. Este mecanismo traz consigo uma maneira específica de punir tudo que é inadequado e foge das regras, atuando como um subentendido tribunal, impondo penas leves e regidas. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”²².

O exame, por fim, é a combinação dos dois primeiros mecanismos, as técnicas hierárquicas que vigiam e as da sanção que normaliza. No exame está contido todo um campo de saber e poder que recai sob o indivíduo como procedimentos de controle, isto é, o indivíduo passa a ser, ao mesmo tempo, efeito e objeto do poder e do saber. E é por isso que o exame é um controle normalizante sancionante, pois ele permite uma vigilância que qualifica, classifica e puni.

²¹ Id. Ibidem, 1987, p.145.

²² Id. Ibidem, 1987, p.153.

“As disciplinas marcam o momento em que se efetua o que se poderia chamar a troca do eixo político da individualização (...) pode-se dizer que a individualização é a máxima do lado em que a soberania é exercida e nas regiões superiores do poder”²³. Sendo assim “o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a disciplina”²⁴. As disciplinas no decorrer dos séculos XVII e XVIII tornaram-se formulas gerais de dominação sobre o corpo moldando-o e o tornando dócil e útil, assim como Foucault mostra em *Vigiar e Punir*:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de habilidades, nem tampouco aprofundar a sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. “Uma autonomia política”, que é também uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1987, p.119).

De forma sintetizada o poder disciplinar se deu através da conversão das monarquias ou sociedades soberanas que se transformou em sociedades disciplinares, retirando se o poder da pessoa do rei e substituindo-o por corpos individualizados. No entanto, o poder soberano atua de certa forma nas disciplinas. Mas agora a função do poder não é mais a de apropriação e expiação de bens e sim a de adestramento, de maximização das forças e de uma vigilância continua sobre os indivíduos dentro das diversas instituições, dentre as quais a escola.

²³ Id. *Ibidem*, 1987, p.160.

²⁴ Id. *Ibidem*, 1987, p.161.

1.2 Educação disciplinar

Com base nas disciplinas, Foucault tratou a questão de educação nas escolas. As escolas, segundo ele, eram locais propícios para o exercício desse poder. No entanto, não devemos nos esquecer que Foucault trata de um poder que surgiu no século XVIII, por isso é necessário verificarmos se esse poder ainda permanece dentro das instituições escolares, e se permanecem, como se manifestam. Pois segundo Foucault, os dispositivos disciplinares são um dos tipos de poder que se fazem presentes dentro das instituições que precisam manter uma vigilância contínua sobre os indivíduos. Essas instituições são as "que ele chama de instituições de sequestro, como a prisão, a escola, o hospital, o quartel, o asilo, passa-se dos suplícios, como castigos e violências corporais, para o disciplinamento que cria corpos dóceis" (VEIGANETO, 2007, p.64-65), a partir de vários poderes disseminados. Nas escolas o poder disciplinar tornou-se fundamental para que o sistema educacional funcionasse "adequadamente". Pois as disciplinas são técnicas de dominação de extrema racionalidade que visam produção de indivíduos adestrados, assim afirma Edgardo Castro,

O papel do intelectual consiste em fazer visíveis os mecanismos de poder que se exercem de maneira dissimulada. Mostrar por exemplo, como a escola não é só uma maneira de aprender a ler e a escrever, mas uma maneira de impor. A partir do século XVII, nas sociedades ocidentais, desenvolve-se toda uma série de técnicas para encaminhar, para vigiar os indivíduos em seu comportamento corporal; para que as pessoas aprendam a ficar em pé de determinado modo, a comportar-se de certa maneira. A escola se converteu em um meio de adestramento físico. Cada vez mais exige-se que os alunos se ponham em filas, alinhem-se diante de um professor, que o inspetor possa vê-lo a cada instante, etc. (CASTRO, 2009, p. 149)

E possível observarmos que dentro da conceituação de poder presente nas escolas há uma engrenagem girando de tal forma para que as disciplinas funcionem de maneira perfeita transformando o aluno em indivíduos objetiváveis. E para isso a instituição escolar lança mão da sanção normalizadora, do olhar hierárquico e do exame.

A sanção normalizadora implica toda uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade visando os comportamentos desviantes. Este mecanismo traz consigo uma maneira específica de punir tudo que é inadequado e foge das regras, atuando como um subentendido tribunal, impondo penas leves e rígidas. "A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das

instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogênea, exclui. Em uma palavra, ela normaliza”²⁵.

O olhar hierárquico se dá através da vigilância, onde o indivíduo deve se sentir permanentemente vigiado. Aqui a disciplina se torna invisível e mantém total visibilidade sobre os sujeitos que são controlados e disciplinados a todo o momento sem se darem conta. Isto é, as instituições disciplinares “produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento”²⁶, onde todos os sujeitos estão sob o olhar do poder que formaram em torno dos homens, um aparelho de registro e de treinamentos.

O exame, por fim, é a combinação dos dois primeiros mecanismos, as técnicas hierárquicas que vigia e as da sanção que normaliza. No exame está contido todo um campo de saber e poder que recai sob o indivíduo como procedimentos de controle, isto é, o indivíduo passa a ser, ao mesmo tempo, efeito e objeto do poder e do saber. E é por isso que o exame é um controle normalizante sancionante, pois ele permite uma vigilância que qualifica, classifica e puni.

As escolas assim como as demais instituições (prisões, fábricas, hospitais, exército) se transformaram em um espaço de disciplinamento. Pois ali se concentravam corpos que precisavam de disciplina para que se obtivessem o máximo de desempenho. Os sistemas educacionais mantinham os indivíduos sob um sistema educacional rigoroso para que eles não saíssem daquilo que era considerado normal. Assim a escola se colocou como uma grande instituição disciplinadora ao fabricar corpos dóceis e úteis por meio dos seus métodos de ensino dentro de um espaço favorável a tal ação, formando aquilo que César chamou de escola disciplinar, que em sua concepção não tem o finalidade de distinguir corpo e conhecimento, e sim submetê-los ao um processo de moralização “na medida em que seu objetivo é a produção do sujeito sujeitado” (CÉSAR, 2009, p.54) a partir de mecanismos de normatização.

Com isso, a educação escolarizada tornou-se parte do processo de disciplinarização do indivíduo, e as escolas por consequência um dos campos de atuação dessa tecnologia. Isto é, a escola se colocou como um lugar de educar, de disciplinar o indivíduo indisciplinado, para que ele não fuja dos padrões de normalidades.

Edgardo Castro em seu livro Vocabulário de Foucault, afirma que o tema educação aparece em Foucault relacionado a questão do poder disciplinar. As instituições disciplinares (fabricas, exército, escola, hospital, etc.) “produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento” (FOUCAULT, 1987, p.145). “A

²⁵ Id. Ibidem, 1987, p.153.

²⁶ Id. Ibidem, 1987, p.145.

penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogênea, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 1987, p. 153). Pois as disciplinas utilizam meios que possibilitam um controle contínuo e minucioso sobre o corpo dentro de um espaço e tempo, cujo objetivo resulta na produção de corpos dóceis, submissos, adestrados, dóceis e úteis. Dessa forma, a educação transformou em um dos meios de exercício desse poder.

A organização da educação ocidental se inscreve no grande processo de reorganização do poder moderno que começa durante a monarquia e se aprofunda com o fim do absolutismo. Foucault sublinhará o processo de disciplinarização da educação, a nova importância que nela ganhará o tema corpo (...). A educação se esforça por ser, de direito, o instrumento graças a qual, em uma sociedade como a nossa, qualquer indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso (...). Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles comportam (CASTRO, 2009).

Analisando a educação a partir do poder que Foucault chamou de disciplinar, é possível retomar a ideia de Panóptico de Jeremy Bentham. Pois “ele mostra que a escola foi construída nos modelos de uma prisão mais especificamente no modelo do panoptismo” (BERNARDELLI 2013, p. 32 - 33), tal modelo facilita a vigilância contínua e o poder permanente sobre os alunos. Tomamos como exemplo a organização das salas de aula, onde os alunos são divididos por nível de aprendizagem, outra faixa etária e série, no interior de cada sala as mesas e cadeiras são organizadas em fileiras, para que o professor que passa maior parte do tempo posicionado na frente possa enxergar o comportamento, a postura de cada aluno, submetendo-o a uma avaliação constante. Dessa forma, “o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos.” (FOUCAULT, 1987, p. 168).

A partir da percepção panóptica, Bernardelli afirma que

Analogicamente ao modelo apresentado a escola é separada por espaços que na maioria das vezes são denominadas salas onde são designadas certas funções às pessoas que nelas se encontram. Quando ocorre alguma situação que necessita de uma maior intervenção geralmente os alunos são conduzidos à sala da diretora, e acontece o que Foucault denomina da necessidade da separação dos corpos (...). Os corpos necessitam estarem separados para exercerem o seu papel disciplinar. No espaço escolar talvez o momento do encontro desses corpos seja na hora do recreio e ou intervalo dos alunos que também podem ser separados por faixa etária e séries. (BERNARDELLI 2013, p. 33)

A percepção panóptica do próprio Jeremy Bentham sobre as escolas, vai além da sua forma arquitetural. O panóptico para ele, pode “introduzir um tipo de tirania nas moradas da inocência e da juventude” a partir de uma inspeção constante que impõe tipos de comportamentos adequados para a sociedade e onde o sentimento, brincadeiras, conversa, distração não tem lugar. Apenas um estudo rígido e igualitário aos homens nobres e aos comuns traçando um caminho normatizador e também normalizador. A figura do professor dentro dessa percepção era de fundamental importância, pois era dele a função de inspecionar, corrigir e disciplinar o aluno que a partir de tanta rigidez se transformava em seu reflexo. O modelo panóptico e seu objetivo era um meio de controle disciplinar perfeito e eficaz durante o século XVIII. No entanto, Foucault critica essa técnica em todos os âmbitos institucionais, e ao que se refere as escolas ele coloca como uma forma negativa de imprimir uma consciência do poder na mente dos alunos, gerando comportamentos condicionados, padronizados e fora da sua real identidade.

No Brasil é possível encontrarmos modelos panópticos no sistema educacional, como por exemplo, durante o período republicano. A forma arquitetônica das escolas remetia ao panoptismo e a prevalência do poder disciplinar. Ao tornar-se república no ano de 1889, era possível constatar no Brasil a grande ausência de prédios escolares e as precárias condições dos espaços utilizados para a prática de ensino, levando os higienistas da época a avaliar as condições dos espaços que eram destinados ao ensino. Com isso, a educação tornou-se preocupação governamental, gerando certa valorização e por consequência um “certo progresso”. Pois passou-se a construir espaços de caráter educativo voltados principalmente a classe mais pobre e essencial para a cidade industrial. No entanto, como houve uma reformulação nas arquiteturas das escolas, houve também uma reformulação no seu funcionamento e método de ensino, isto é, o ensino foi reorganizado por intermédio de horários rígidos de aula; e da locação de turmas em classes, com as mesas e cadeiras dos estudantes fixo ao chão e o da professora ao centro da sala. As primeiras construções dos prédios possuíam projetos padronizados, apenas as fachadas eram distintas uma das outras, as construções se davam rapidamente, em grande quantidade e com o menor custo possível. Tais modificações e avanços deu mais ênfase ao exercício do poder disciplinar.

Ellen Borges Barbosa, em seu artigo “Reflexos do pensamento de Foucault na constituição da cultura escolar brasileira”, chama atenção para o fato de que projetos arquitetônicos das escolas do período Republicano eram muito semelhantes aos das prisões, o

que nos faz refletir sobre a possível semelhança também nas ações praticadas em ambas as instituições. Segundo Ellen Borges Barbosa, o Panóptico vinha ao encontro de ideias propostas pela cultura escolar que se instalava neste período: o ensino mútuo, adotado nos grupos escolares, classificava os alunos quanto ao seu desempenho, excluindo aqueles que não atingissem os resultados pretendidos. O exercício do poder sobre as crianças se assemelhava ao panoptismo, o que permitia anotar os desempenhos, perceber aptidões, apreciar os caracteres, estabelecer classificações rigorosas, e em relação a uma evolução normal, distinguir o que é “preguiça e teimosia” do que é “imbecilidade incurável”. Ainda neste sentido, os elementos desta arquitetura aliavam normas e costumes da época à finalidade pretendida pela educação. A separação dos sexos por alas, o formato das salas de aula, a disposição das carteiras e o pátio central, são estes elementos que condicionavam as condutas dos alunos, pois facilitavam o ensino, a vigilância e principalmente a disciplina.

Os mecanismos disciplinares já existiam há muito tempo. Nos séculos XVII e XVIII, esses mecanismos foram aprimorados e utilizados “como uma nova técnica de gestão dos homens” (FOUCAULT, 1984, p.105), dentro das instituições onde era necessário controle na forma de espaços individualizados. Dentre as várias instituições em que o controle foi necessário como tecnologia de poder, é possível destacar a escola, pois o que se vê aparecer dentro dela é “uma arte de distribuição espacial dos indivíduos” (FOUCAULT, 1984, p.105) durante o século XVII. Assim, Foucault afirma que “nas escolas do século XVII, os alunos estavam aglomerados e o professor chamava um deles por alguns minutos, ensinava-lhe algo, mandava-o de volta, chamava outro, etc.” (FOUCAULT, 1984, p. 106). Era um ensino coletivo dado simultaneamente, mas que implicava em uma distribuição espacial, dado ao método aplicado pelo professor em chamar cada aluno individualmente.

Um crítico da instituição escolar, Foucault ressalta que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso. Essa disciplina é antiga, começou há muito tempo nos colégios medievais, mas foi a partir do século XVIII que ela foi refinada expandindo-se para escolas, para o exército, os hospitais e, no século XIX, para as fábricas. O controle dos corpos e dos movimentos, como em uma máquina com rapidez e agilidade, com o melhor desempenho possível, sem imprevistos e com eficácia é presente nas organizações escolares dos séculos XVIII e XIX, e são vistas como escolas – modelos. A escola se torna um aparelho para aprender, no qual o aluno, o nível e a série devem ser combinados adequadamente, assim Foucault analisa todo o processo escolar: os exercícios como uma forma de empregar tempo; as classes para articular os gestos e a postura para ler, escrever, recitar; os horários, atribuições de tarefas com certa duração e ordem (CACIANO; SILVA, 2012, p.100-101).

As práticas disciplinares presentes nas instituições, e por consequência nas escolas, são classificadas em: a arte das distribuições, o controle das atividades, a organização das gêneses, a composição das forças, isto é, os alunos são divididos por faixa etária, série e algumas vezes por desempenho; as atividades são regulares, há correlação entre o corpo e os gestos, controle que exige o máximo de rapidez e eficácia nas atividades. Além dessas características, existem outros instrumentos que são a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, ou seja, a vigilância contínua, a punição de forma corretiva para aquele que infringe as normas e a qualificação e classificação dos alunos. No que tange a atualidade, a educação escolarizada é alvo de várias discussões. Questiona-se o método de ensino, o desempenho e a indisciplina dos alunos, e muitas vezes noticiam-se as violências nas escolas. É claro que não podemos esquecer que falar em educação implica em falar dos procedimentos e das várias técnicas educacionais espalhadas nas sociedades. Essas técnicas vêm acompanhadas de diversos tipos de poderes que visam manter o controle sobre os indivíduos.

Foucault traça uma crítica sobre o perfil educacional presente nos diversos âmbitos sociais que ensina como o indivíduo deve se comportar, tal educação se manifesta através de um olhar contínuo de uma vigilância permanente. A educação que se faz presente nas escolas não fugiu dessa técnica disciplinar, pois esse foi o meio de disciplinar aquilo que estava indisciplinado.

Através desse conceito de disciplina apresentado pelo autor, afirma-se que a crítica do autor passa pelos modos que são tomados como corretos para a tentativa de conter a indisciplina (...). Pensa-se assim que ele propõe que a instituição escolar deva ser um local mais atrativo para os sujeitos, o discente tem que gostar de estar e pertencer a esse espaço. (BERNARDELLI, 2013, p. 34)

Na nossa sociedade a disciplina nas escolas foge do conceito de domesticação e docilização. Nas escolas ela se coloca como um meio possível para processo de ensino e aprendizagem dentro das salas de aulas e para o funcionamento da instituição. É claro que heranças do modelo Panóptico ainda existem como, mesas e cadeiras enfileiradas, professores no centro da sala, avaliações constante, vigilância contínua, cuja finalidade não implica mais em criar formas padronizadas de comportamentos e extrair o máximo de eficácia e desempenho por meio da punição, mais sim como uma metodologia o ensino e aprendizagem possível.

Dessa forma não podemos conceber a educação de forma negativa. Foucault desenvolve uma crítica ao modo o qual se dá o processo educacional, mas a partir da sua perspectiva é possível entendermos a educação, e principalmente a instituição escolar, como lugar de desenvolvimento crítico e formação do sujeito autônomo, emancipado, longe da padronização do comportamento dado pelas disciplinas, pois as ações aplicadas dentro desse ambiente muitas vezes vistas como forma disciplinar se colocam como meios para que os alunos se comportem e aprendam. Mas por outro lado, se pensarmos a escola apenas como local disciplinador, de controle constante, de adestramento, é necessário pensar o lugar que o aluno ocupa²⁷. Pois não podemos colocá-lo como sujeito passivo, visto que na perspectiva foucaultina o poder não está centralizado. Por essa ótica, a escola é um local de contrapoderes, e o sujeito-aluno também é um detentor de poderes dentro da instituição escolar, “o que deve levar-nos a repensar todo o estrategismo pedagógico do qual algumas vezes somos vítimas, outras vezes somos sujeitos” (GALLO, 2004, p.94).

Essa realidade representa um grande desafio para os professores e para a instituição escolar em geral, pois implica em mais do que uma técnica de imposição de poder, pois o aluno se encontra envolvido por uma realidade biopolítica dentro de um contexto neoliberal o qual será discutido no segundo capítulo. Por isso é necessário muito cuidado, pois hoje há vários tipos de métodos de ensino que visam à eficiência máxima dos alunos, levando àquilo que Silvio Gallo, a partir de Jacques Racière, chamou de “sociedade pedagogizada”, centrada no ensino pautado na lógica da explicação, onde o aluno se torna um dependente do professor que se coloca como detentor do saber que dever ensinar por meio de explicações, além de ser um meio de contribuição para a desigualdade e embrutecimento dos alunos. “Esse jogo é perverso, pois a suposta emancipação está baseada na lógica de explicação: alguém não sabe só pode aprender quando outra pessoa, que sabe explicar” (GALLO, 2012, p. 86-87). Em seu livro “Metodologia do ensino de filosofia” Silvío Gallo afirma que:

O aprender é um mistério, fruto de encontros ao acaso. O aprendizado é da ordem do acontecimento, daquilo que não pode ser controlado, medido, circunscrito. Podemos construir todos os esforços para ensinar e controlar o que e como alguém aprende, com o auxílio de métodos, políticas públicas, coerções, provas e exames. Mas aprender escapa, o aprendiz pensa, produz, aprende, para além e apesar de todos os métodos. Mas não esqueçamos: por mais que seja um devaneio e uma fuga, há uma disciplina, um adestramento do aprendiz, sem o qual ele não é sequer possível. Mas essa disciplina do

²⁷ Hoje o aluno assume o papel de sujeito ativo e atuante no processo de ensino-aprendizagem para que ele tenha contato e produza conhecimentos.

pensamento é construída pelo próprio aprendiz, no ato mesmo do pensar. (GALLO, 2012, p 88)

Sendo assim, é possível afirmar que a escola não é apenas uma instituição disciplinar, ela é um espaço onde o poder se manifesta, mas também existe uma grande manifestação de conhecimento e pensamento. Ou pode ser considerado um lugar de exercício de contrapoderes. “Foucault mostra-nos que na relação pedagógica o aluno não é um mero paciente, mas é também um agente de poder” (GALLO, 2004, p.94).

1.3 Experimento I: Sem saída?

Foucault desenvolveu uma análise crítica sobre as instituições, dentre elas citou a escola como sendo um lugar de discurso de verdade e poder, e conseqüentemente lugar de manifestação do poder disciplinar, poder este, que como já foi abordado, tem a função de disciplinar, adestrar, moldar, manipular os indivíduos dentro de um espaço esquadrihado e hierarquizado.

Nas escolas, todo um disciplinamento do corpo, que é o disciplinamento do corpo útil. Aperfeiçoam-se novos procedimentos de vigilância, de controle, de distribuição no espaço, de anotação, etc. Temos todo um investimento do corpo por mecânicas de poder que procuram torná-lo ao mesmo tempo dócil e útil. Temos uma nova anatomia política do corpo. (FOUCAULT, 2001, p. 24)

O pensamento e ideias de Foucault nos levam a questionar se a prática educacional dentro das escolas ainda permanece com o intuito disciplinador tal como coloca o filósofo ao tratar desse poder que se originou no século XVIII, cujo objetivo consiste na formação do sujeito padronizado, controlado e útil para a sociedade. Por isso, busquei fazer uma análise comparativa do poder escolar foucaultiano com o processo de ensino escolar. Isto é, tomando o modelo escolar como referência privilegiada de análise, de modo específico, o processo de formação na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro, localizada na cidade de Montes Claros no Estado de Minas Gerais, Para isso, foram feitas observações e aplicações de questionários para os docentes com o intuito de diagnosticar se esse poder se manifesta ou não dentro da escola.

Durante os meses de agosto e setembro de 2018 foram observadas dezesseis turmas, nove de 1º ano do Ensino Médio matutino e sete de 2º ano do Ensino Médio matutino da Escola Estadual Plínio Ribeiro, com o intuito de diagnosticar o comportamento dos alunos

dentro da instituição escola. Em seguida foram aplicados questionários a professores de diferentes áreas para que pudéssemos verificar quais as práticas mais comuns de indisciplinas, quais as metodologias adotadas por eles para contê-las e tornar o ensino possível em sala de aula e se as sanções disciplinares podem ou não ajudar em relação as indisciplinas dos alunos. O questionário aplicado foi elaborado com questões fechadas para coleta de dados e questões abertas com o intuito de obter informações e opiniões sobre a questão disciplinar dentro da escola. Treze professores efetivos e designados, com idade entre vinte e sete e sessenta e três anos, com tempo de serviço entre dois a vinte e cinco anos responderam o questionário.

TABELA 1

Conteúdos lecionados pelos professores que responderam o questionário na Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro – Montes Claros – 2018.

Conteúdo lecionado	Professores
Filosofia	01
História	02
Geografia	02
Português	01
Matemática	02
Inglês	01
Química	01
Física	02
Apoio	01

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 2

Dificuldades encontradas em sua prática pedagógica:

Dificuldades	Professores
Falta de interesse compromisso e atenção de alguns alunos	04
Falta de participação da família	02
Ausência de alguns recursos didáticos	01
Vocabulário limitado de alguns alunos	01
Indisciplina	04
Não encontram dificuldades	01

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 3

Práticas de indisciplinas mais frequentes:

Práticas de indisciplinas	Professores
Uso de celular e fone em sala de aula	07
Conversa paralela	04
Postura que não condizem com o ambiente escolar	01
Falta de respeito por parte de alguns alunos com os próprios colegas, professores e demais funcionários.	01

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário.

A indisciplina é sem dúvida um grande obstáculo no processo de ensino e conseqüentemente dificulta a aprendizagem. Segundo a OCDE²⁸, de trinta e quatro países o Brasil lidera o ranking em indisciplina nas escolas. A indisciplina é classificada como sendo o comportamento inadequado, a violação das normas internas e externa e a falta de respeito. Um dos fatores que levam a indisciplina escolar se pauta na falta de estrutura familiar. Assim o mau comportamento muitas vezes se configura como uma reação e contestação. Sendo necessário criar estratégias para manter a disciplina em sala de aula.

²⁸ Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Embora Foucault, seja um crítico da instituição escolar e suas teorias sejam fundamentais para um diagnóstico do nosso presente, no que tange a escola, percebe-se grandes modificações em comparação ao século XVIII, onde as disciplinas predominavam como exercício do poder. Através do experimento feito por meio das observações e questionário, nota-se que cada vez menos vemos a manifestação desse poder. Pois as escolas se transformaram em local de democratização do ensino, cujo objetivo deve-se voltar para a formação ética e para o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico do educando, fazendo os alunos enxergarem o processo de ensino e aprendizagem como um primeiro degrau a subir para alcançar seus objetivos. Com isso, a educação escolarizada se transformou em um direito de todos os alunos, pautando-se no desenvolvimento, na formação e qualificação, fundamentados no respeito com educandos, como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.(ECA)

Assim o aluno torna-se cada vez mais sujeito ativo do processo ensino e aprendizagem. A educação se volta para a formação do ser humano e sua realização em sociedade. E “a escola se organiza como espaço de negação de dominação e não como mero instrumento para reproduzir a estrutura social vigente. Nesse sentido, agir no interior da escola é contribuir para transformar a própria sociedade” (VEIGA, 2004, p.44).

A partir do experimento também foi possível constatar que a organização das escolas foge cada vez mais do modelo panóptico de Jeremy Bentham o qual Foucault cita como sendo modelo das instituições, onde se faz necessário o exercício do controle por meio do poder disciplinar. Pois o que caracteriza o panoptismo nas escolas está cada vez mais escasso. Como por exemplo: nas salas de aula há mais flexibilidades em relação a organização das mesas e cadeiras, sendo que as mesmas são organizadas de acordo com as atividades a serem desenvolvidas; enquanto ao processo avaliativo (exercícios de fixação, trabalhos, atividades, provas, etc.). As notas ao término de cada bimestre não é uma forma de medir a incapacidade

aluno, e sim um meio de ver em que eles precisam melhorar para que os professores, junto com a supervisão, direção e auxílio da família, consigam traçar estratégias e metodologias que tragam melhorias e contribuam para a aquisição de conhecimentos para a formação dos alunos. Já os horários, as distribuições de turmas, as separações por séries não são mais vistas como “um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 1977, p.164). E em relação as indisciplinas que atrapalham o desenvolvimento do trabalho pedagógico as quais as mais frequentes já foram citadas são criadas estratégias metodológicas para contê-las de tal forma que não ferem os princípios éticos e integridade moral e psicológica do aluno.

QUADRO 1

Práticas e estratégias metodológicas que ajudam a conter as indisciplinas.
Encaminhamento ao setor pedagógico e direção
Solicitação da família
Conscientização em sala de aula
Conversa individual com o aluno ou aluna
Trabalhos em grupo
Atividades lúdicas e interativas usando algumas vezes o próprio celular como recurso didático
Estudos voltados para avaliações externas como ENEM e PAES

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

Com isso as escolas não lançam mão mais do poder disciplinar. Além das práticas e estratégias utilizadas pelos professores em sala de aula, existem também as sanções disciplinares, previstas no Regimento Escolar. As sanções disciplinares são de cunho pedagógicos e jamais podem afetar os princípios da Constituição Federal que garante a todos os cidadãos e principalmente as crianças e os adolescentes o direito de acesso e permanência na escola.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, CAP III, P160).

Por isso, o aluno não pode ser impedido de frequentar a escola por meio de suspensão, não pode ser exposto a vexames e constrangimentos, pois a sanção disciplinar ou normalizadora não pode ferir nenhum direito do aluno previsto em lei. Pois a sanção é totalmente diferente de punir, ao aluno não se pune, educa, por esse motivo as sanções devem possuir caráter pedagógico, visto que em sua aplicação devem assegurar a integridade física, moral e até mesmo psíquica do educando. Em outras palavras, as sanções disciplinares são um meio de auxílio e colaboração durante o processo educacional que prepara o jovem educando para a sociedade. As sanções se dão mediante a conscientização da família antes e durante a sua aplicação. “Esta disciplina, no entanto, não quer dizer que vai tolher ou inibir a criança no seu modo de pensar ou agir; não quer dizer que seja uma disciplina rígida, onde haja um militarismo que iniba, ofenda ou humilhe” (GODINHO, 1995, p.153).

Os professores também foram questionados em relação a aplicação das sanções disciplinares no que dizem respeito a sua eficiência em conter as indisciplinas.

TABELA 4

Sanções disciplinares	Professores
Ajudam a conter a indisciplina	13
Não ajudam a conter a indisciplina	3

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

Assim com base nos dados coletados por meio de questionários, observa-se que é quase unanime a preocupação do corpo docente em relação a formação dos discentes. As disciplinas que docilizam o corpo para depois utilizá-lo enquanto sociedade, deu espaço para uma formação pautada não só na aquisição de conhecimento, mas em valores morais. Pois a escola é a condição necessária na formação integral dos alunos.

Além disso, a escola deve ser um local democrático, se há democracia como podemos falar em poder disciplinar? Os professores e a comunidade escolar como um todo são os responsáveis em prepara os alunos através da transmissão de conhecimento, valores para o exercício de cidadania. Pois “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e prosseguir em estudos posteriores” (LDB). E para que isso seja possível são necessárias a norma e a disciplina, mas nunca perdendo o seu objetivo pedagógico.

CAPÍTULO 2

BIOPLÍTICA, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

2.1 Introdução ao biopoder

Após tratar da tecnologia disciplinar que vigia, isola, adestra, modifica, molda o homem enquanto indivíduo, Foucault analisa um dispositivo de poder que controla biologicamente e estatisticamente não só o indivíduo, mas o homem enquanto população, que ele chamou de biopoder.

Com o surgimento de outro tipo de poder que não mais centrava no indivíduo e sim na população, ocorreram modificações também no processo educacional, pois novos sujeitos estavam surgindo, com isso as técnicas de educação presentes na instituição escolar precisaram se adequar a essa outra concepção de homem na medida em que formam uma massa global dentro de uma sociedade, onde não só a disciplina se faz presente, mas também o controle.

Durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e o incrustando-se efetivamente graças a técnica disciplinar prévia. (FOUCAULT, 2005, p.288-289)

A elaboração e a conceitualização do biopoder foucaultiano²⁹ se dá na última aula do curso do Collège de France intitulado como Em defesa da sociedade (1975 – 1976), sendo retomado no último capítulo da História da sexualidade I: a vontade de saber, onde Foucault desenvolve uma análise clássica do biopoder.

O biopoder constituiu em uma transformação científica do poder soberano de “fazer morrer e deixar viver” para o poder de “fazer viver e deixar morrer”. O poder de morte do soberano passa a se apresentar como complemento de um poder que se exerce positivamente

²⁹ Foucault trata do biopoder pela primeira vez em O nascimento da medicina social, retomando-o e conceitualizando-o da em seus cursos do Collège de France Em defesa da Sociedade e em a Vontade de Saber, onde Foucault desenvolve uma análise clássica do biopoder, ou seja, aquilo que podemos identificar como sendo o primeiro percurso genealógico do biopoder. Aqui o biopoder se articula entre o poder disciplinar (isto é, sobre os indivíduos) e a tecnologia biopolítica (dirigida à população). O que significa que essas duas tecnologias tanto a disciplina como a biopolítica contribuíram para o desenvolvimento e perpetuação do biopoder dentro das sociedades. O que Foucault chama de biopoder é “uma série de fenômenos, um conjunto de mecanismos que constitui as características biológicas fundamentais para que a espécie humana entre na política numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008a, p.3).

sobre a vida, que empreende sua gestão, sua multiplicação, o exercício de controles precisos e regulações de conjunto. “A velha potência da morte em que representava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”³⁰. A partir desse momento o poder não está mais sobre domínio da morte, e sim sobre a mortalidade e somente de modo geral, global e estatístico.

O poder sobre a vida se desenvolveu no século XVII com o poder disciplinar que se centrou no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento de sua utilidade e docilidade, em sistemas de controle eficazes e econômicos, caracterizando a anatomia-política do corpo humano. Por volta da metade do século XVIII, o poder sobre a vida passa a centrar-se no biopoder, no corpo-espécie, no corpo atravessado de processos biológicos; tais processos biológicos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. Por isso, mesmo com o surgimento do biopoder após a tecnologia disciplinar não significou o fim das disciplinas, isto é, o biopoder se integrou no poder disciplinar, completando-o e modificando-o ao seu modo. E essa complementaridade aos dispositivos disciplinares, a arte de governar na modernidade, que deu a oportunidade para o desenvolvimento desde biopoder, dessa tecnologia política, voltada especificamente para a gestão e o controle do corpo-espécie da população, ou seja, dos modos de vida das populações, passando a se ocupar de fenômenos ligados a natalidade, a mortalidade, a higiene, ao ócio, a vadiagem e a segurança. A instalação, desta grande tecnologia do biopoder, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida de cima para baixo. Para Foucault, o biopoder tem por agente máximo o Estado moderno, cuja bio-regulamentação está voltada para o “fazer viver” e não para o “fazer morrer” (como no poder soberano medieval).

Segundo Foucault, o biopoder foi o elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que se garantiu à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio do ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis neste momento. Dessa forma, o capitalismo ao se desenvolver no final do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção e de trabalho. Sendo assim, o controle sobre os indivíduos não se opera simplesmente

³⁰ FOUCAULT, Michel. *Historia da Sexualidade I: a vontade de saber*. 16 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 131.

pela conscientização ou pela ideologia, e sim pela socialização do corpo com o corpo, como afirma Foucault: “foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica”³¹.

O desenvolvimento do capitalismo significou a entrada da vida na história, ou seja, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e poder no campo das técnicas políticas. A partir de então o biológico passa a se refletir no político, fazendo a vida cair no campo de controle do saber e intervenção do poder.

Um outro elemento importante no desenvolvimento do biopoder foi a *norma* que transitou entre a disciplina e a regulamentação. A norma dá origem àquilo que Foucault chamou de *sociedade de normalização*, uma sociedade regida por um poder que se encarrega da vida e que tem necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. As sociedades de normalização não coexistem a uma lei armada pela morte, mas na distribuição dos vivos em valor de utilidade. Isto não significa o fim das instituições de justiça, e sim a substituição da lei pela norma dentro destas instituições que investem cada vez mais em aparelhos médicos e administrativos, cujas funções são reguladoras.

O biopoder foi o instrumento fundamental para que Foucault criasse um novo significado para o conceito de poder. Um poder que se incumbiu da vida em geral e da normalização da população.

Em uma aula ministrada no dia 17 de março de 1976 no Collège de France, Foucault traça o perfil dessa nova tecnologia chamada biopoder que é aplicada globalmente à população. Essa tecnologia de poder tem por objetivo a massificação, a regulamentação, a normalização e a otimização da vida. É um poder que reúne as tecnologias políticas do corpo humano, as estruturas de dominação, e os discursos das ciências exatas e biológicas, como: estatística e biologia. Foucault chama atenção para o fato de que em todos esses campos nos quais são exercidos os processos do biopoder há também uma extensa produção de saber.

Com isso, os efeitos desses processos vão se dar sempre no coletivo, na vida de uma população. Os primeiros objetos de saber e alvo do biopoder foram os processos de natalidade, longevidade, morbidade, não como controle de epidemias como se dava na Idade Média, onde o perigo era motivo de preocupação do poder político; e sim como endemia, “ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população”.³² As endemias são doenças difíceis de serem curadas e não são encaradas como epidemias, a título

³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.80.

³² FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins fontes, 2005, p.290.

de causa de morte mais frequente, mas como fatores permanentes, que vai ter como consequência a diminuição da força útil, do tempo de trabalho e aumento de custos econômicos. E este problema se coloca como sendo uma emergência de tecnologia de segurança no interior dos mecanismos de controle social e nos mecanismos biológicos da espécie que se exercem sobre o conjunto de uma população. Por conseguinte, esses processos introduzem no final do século XVIII uma medicina que terá como função principal a higienização pública, ou seja, uma medicina de conscientização, informação e normalização como formas de tratamentos médicos. Os processos de natalidade, longevidade e morbidade passam a partir deste momento a serem controlados estatisticamente, seja comparando a proporção dos nascimentos e dos óbitos, seja verificando a taxa de fecundidade de uma população, o que significar um controle que vai se manifestar do nascimento até morte dos indivíduos.

Outro campo de intervenção do biopoder vai ser investir em novas instituições e mecanismos mais sutis, econômicos e racionais, tais como: a poupança e a seguridade social. Estes mecanismos são aplicados em um conjunto de fenômenos universais e acidentais que atestam à incapacidade dos indivíduos. Os fenômenos considerados universais é a velhice; e os acidentais são as enfermidades e anomalias que classificam os indivíduos como incapazes de produzir, de trabalhar e de desenvolver certas atividades. E estes fatores farão com que a biopoder invista em mecanismos reguladores mais inteligentes e menos custoso para o Estado.

Por fim, o último domínio do biopoder é a preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos e seu meio de existência sejam os efeitos dos meios geográficos, climáticos, hidrográficos, problemas de pântanos e epidemias, que repercutem em toda a população. E são estes os campos de domínio que o biopoder vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção do seu poder.

O biopoder não trata da sociedade, nem como corpo social como definia os juristas, e tão pouco como indivíduo-corpo como a técnica disciplinar. O biopoder lidar com os problemas da população. E a partir desses problemas que irá se formar aquilo que Foucault chamou de biopolítica, um “corpo múltiplo corpo com inúmeras cabeças”³³, um corpo novo, que até então não havia surgido nas teorias anteriores; pois a teoria do direito só conhecia o indivíduo e a sociedade. As disciplinas lidavam com o indivíduo e seu corpo. A biopolítica trata justamente da “população como problema político, como problema a um só tempo científico e político”³⁴. A biopolítica se dirige aos acontecimentos aleatórios que surgem de

³³Id. Ibidem, 2005, p. 292.

³⁴Id. Ibidem, 2005, p.293.

seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa, do coletivo, da população, instalando-se assim os mecanismos de previdência. E é por isso que a biopolítica vai implantar mecanismos totalmente diferentes dos mecanismos disciplinares. Mecanismos que visam, sobretudo, a otimização da vida os quais tratam de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais, de intervir nas determinações de fenômenos gerais, assegurando sobre o homem-espécie uma regulamentação.

Sendo assim, segundo a concepção foucaultiana o biopoder se dividirá em dois polos, onde cada um tomará a vida sob diferentes perspectivas e diferentes níveis. O primeiro polo se trata da anátomo-política do corpo humano que surgiu com a técnica disciplinar da qual o biopoder vai se inserir e utilizá-la para seus determinados fins. Estes mecanismos disciplinares constituíram-se em uma visibilidade, em uma normalização dos comportamentos, em um controle policial que se exerce espacialmente. O segundo polo é a biopolítica da espécie humana. O biopoder se constitui a partir da técnica disciplinar como controles reguladores que sustentam a biopolítica. O biológico passa a ser no século XIX uma preocupação do Estado que terá como objetivo uma regulamentação e o equilíbrio dos processos biológicos fazendo com que a vida em sua totalidade se torne uma questão política. Fazendo com que a vida seja inserida em novos mecanismos de controle.

Uma série de mecanismos (...) incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamento de poupança, por exemplo, que são vinculados ao hábitat, à locação do hábitat e, eventualmente, à sua compra. Sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima da popança; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exerce sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 299-300).

Para Foucault, a biopolítica da espécie humana, é uma bio-regulamentação pelo Estado que visa, sobretudo, o equilíbrio global e consiste em uma crescente implicação do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder ³⁵. Diante disso, Peter Pál Pelbart vai dizer

³⁵Seguindo as trilhas abertas por Foucault, Giorgio Agamben vai dizer que a biopolítica consistiu na transformação da política em biopolítica, que determina que forma de organização seja mais eficaz para assegurar o cuidado, o controle e a satisfação do campo, do espaço da vida nua, que legitimou e tornou necessária a dominação total. Dessa forma, a vida nua que está na base da ordem política, inaugurando a biopolítica da modernidade, dissipar-se imediatamente na figura do cidadão, em que os direitos são conservados. Esse direito a vida tão incompreensível para o sistema jurídico clássico foi a replica política a todos os novos processos de poder. A vida nua, para Agamben representa os direitos do homem. E é a passagem da soberania real de origem divina para a soberania nacional que vai assegurar que o súdito se transforme em cidadão dentro da ordem estatal. Sendo assim, a biopolítica do Estado moderno não se fundamenta no homem enquanto sujeito livre, e sim em sua vida nua, isto é,

que Foucault criou o termo biopolítica para mostrar como o corpo e a vida dos homens passou a ser alvo dos cálculos explícitos dos mecanismos de poder de tal forma que o poder e o saber se tornaram causa de transformação da vida humana a partir de processos biológicos. Sobre essa questão, Peter PálPelbart faz a seguinte afirmação:

Quando o biológico incide sobre o político, o poder já não se exerce sobre sujeitos de direito, cujo limite é a morte, mas sobre os vivos, de cuja vida ele deve encarregar-se. Se a irrupção da vida na história, por meio das epidemias e fome, pode ser chamada de biohistória, agora trata-se de biopolítica – a vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder e saber, enquanto estes se tornam agentes de transformação da vida. A espécie torna-se a grande variável nas próprias estratégias políticas. Se destes Aristóteles, diz ainda Foucault, (...) o homem era um animal vivente capaz de uma existência política, agora é o animal em cuja política o que está em jogo é seu caráter de ser vivente. (PELBART, 2003, p. 58)

De modo geral o biopoder se desenvolveu a partir da articulação entre a tecnologia disciplinar com a biopolítica. A vida se apresenta aqui envolvida por um discurso médico de normalização dentro dos aparatos do biopoder que se exerce tanto sobre o homem corpo, quanto sobre o homem massa. Em outras palavras, o biopoder se volta para o “corpo vivente” (CASTRO, 2009, p.58), para o homem cuja vida foi estatizada, cujo tudo aquilo que diz respeito a ele passa a ser envolvido por processos biológicos, por uma política de controle e de segurança que tem por finalidade assegurar, gerir vidas.

Tal análise nos leva ao outro ponto importante do biopoder. Isto é, nesse momento Foucault coloca o governo como sendo um instrumento necessário para explicar o poder. O poder se integra aqui ao governo como forma de “conduzir a conduta dos homens” (CASTRO, 2009, p. 379). E a biopolítica passa a ser pensada como uma racionalidade de governo estatal caracterizada pelos processos específicos da população ligados a uma economia política.

Em um curso ministrado no Collège de France em 1977-1978 intitulado como Segurança, território, população, Foucault afirma que “vivemos na era da governamentalidade³⁶, aquela que foi descoberta no século XVIII” (FOUCAULT, 2008a, p.145).

em seu nascimento. E o que vem caracterizar essa biopolítica moderna “é a necessidade de redefinir continuamente na vida o limiar que articula e separa o que está dentro e o que está fora”.

³⁶ Por governamentalidade, Foucault entende o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, cálculo e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar; por governamentalidade, Foucault entende a tendência, a linha a força que em todo o ocidente não parou de conduzir desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de governo sobre os outros (...) Por governamentalidade Foucault entende o resultado

Na aula do dia 08 de fevereiro de 1978, Foucault ressalta que o estudo da governamentalidade engloba problemas tais como o problema de Estado e da população. A partir daí Foucault analisa o biopoder a partir do dispositivo de segurança, onde os problemas específicos da população se voltam para os problemas ligados ao governo. O dispositivo de segurança se apresenta aqui como uma tecnologia de racionalidade, cujo objetivo é assegurar e proteger a vida politicamente. Não que as questões envolvendo a segurança já não tivessem sido analisadas por Foucault, pois a segurança se fez presente desde o poder monárquico, até o poder disciplinar se estendendo para a contemporaneidade. E Foucault começa esboçar seus estudos a respeito dessa nova forma de segurança no primeiro percurso de suas análises sobre o biopoder, onde a medicina de normalização, o racismo biológico, a forma individualizante da disciplina e a forma totalizante da biopolítica recaem sobre o corpo e sobre a massa da população como forma de estabelecer mecanismos de segurança com intuito de defender a sociedade.

Porém o ideal de segurança que se apresenta agora insere os fenômenos populacionais em uma série de acontecimento prováveis, cálculos, prevenções que são exercidos de tal forma que o seu funcionamento permite que se descubra como, por exemplo: se um ladrão irá roubar antes mesmo que ele cometa o delito; desencadeando uma série de que questões a serem analisadas com intuito de não deixar com a criminalidade se exceda “dentro de limites que sejam economicamente aceitáveis e em torno de uma média que vai ser considerada, digamos, ótima para o funcionamento social” (FOUCAULT, 2008a, p.8). Isto é, o que está em questão aqui não é como acabar de forma definitiva com a criminalidade e sim em saber como controlá-la como forma de garantir a segurança da população. Visto que, a sua existência faz com que várias formas de poder se exerçam ao mesmo tempo na sociedade.

A segurança que se instaura aqui tem por função não só acrescentar, mas de fazer funcionar além dos seus próprios mecanismos, também as velhas estruturas da lei e da disciplina. Segundo Foucault, os dispositivos de segurança se caracterizam pelo espaço de segurança, pelos problemas aleatórios, por sua forma específica de normalização que não é do tipo disciplinar e pela correlação entre a técnica de segurança com a população. A segurança a partir desse momento se liga ao poder exercido pelo Estado que não se exerce mais nos limites de um território como na soberania e nem sobre o corpo individual como nas disciplinas, a segurança se exerce sobre o conjunto da população, ou seja,

de processos pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado. (Foucault, 2008a, p. 143-144).

Enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete, portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio mais ou menos o que chamamos de meio. (FOUCAULT, 2008a, p.27)

Em outras palavras, a segurança se constitui em um espaço dado a qual Foucault chama de meio, como foi colocado na citação acima. Foucault chama atenção para o fato de que essa questão trará de volta um problema que perpassou todos os tempos e que de certa forma sempre esteve embutida em todas as tecnologias de poder que surgiram posteriormente. E esse problema a qual Foucault se refere é o da soberania. O soberano aqui assume um papel diferenciado do que ele exercia na Idade Média, onde o seu poder se limitava ao seu território. Nessa nova tecnologia o poder do soberano vai mais além dos limites territoriais. Seu objetivo agora é a população da qual passa a ter sua vida e tudo àquilo que diz respeito a ela envolvida por uma política de governo, onde o soberano se relaciona diretamente com os processos populacionais. Isto é, ele “Se relaciona com a natureza, ou antes, com a interferência, a intrincação perpetua de um meio geográfico, climático, físico com a espécie humana, na medida em que ela tem um corpo e uma alma, uma existência física e moral” (FOUCAULT, 2008a, p. 30).

E é dentro deste contexto que aquilo que Foucault chamou de meio terá por objetivo atingir uma série de acontecimentos naturais que se produzirão ao redor dos indivíduos, das populações, grupos ou massas, onde a segurança se exerce. Sendo assim o meio segundo Foucault, é,

Portanto aquilo que faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de casa, etc. o meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa do outro. (FOUCAULT, 2008a, p.28)

Com isso o biopoder teve como característica principal as tecnologias de segurança. As tecnologias de segurança se davam a partir do dispositivo da polícia e de uma razão de

Estado que não visa o bem-estar da população e sim, o bem-estar e o fortalecimento do próprio Estado. Porém não podemos concluir esse capítulo sem antes falarmos do “Estado governamentalizado”, que claro não abre mão das tecnologias de segurança, mas cujo objetivo principal é a população. “A formação do Estado governamentalizado coincide com a formação da biopolítica, com a racionalização dos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos como população” (CASTRO, 2009, p.243).

Isso significa que todos os processos populacionais a qual a biopolítica investe foram integradas na racionalidade política do liberalismo. Assim, segundo Foucault, para se compreender a biopolítica é necessário compreender primeiro uma verdade econômica no interior da razão governamental e a causa desse regime governamental chamado liberalismo que vai tratar da racionalidade política, onde estão contidos os problemas específicos da vida e da população, tais como: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças. Estes problemas constituíram desde o século XIX grandes desafios políticos e econômicos. E é a partir desse momento que a *economia política* vai trazer em si a exigência de uma autolimitação da razão governamental, baseando-se no conhecimento do curso natural das coisas, fazendo surgir uma nova arte de governar que se caracterizam pelo governar menos, para que assim se obtenha a eficiência máxima. E vai ser essa governamentalidade³⁷ ligada a autolimitação permanente à questão da verdade que Foucault chama de liberalismo. Ao contrário do Estado policial que não visava a autolimitação e sim o excesso de governo que acarretava em um aumento de poder e de forças do Estado, o liberalismo se justifica pelo papel da liberdade na arte de governar. Dessa forma os sujeitos de direito sobre os quais se exercem a soberania política são substituídos pela população que o governo tem que administrar. O liberalismo não parte da existência do Estado, “mas da sociedade, que está numa relação complexa de exterioridade e de interioridade com Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 433-434).

Considerado como uma forma de racionalidade de governo, o liberalismo é visto como um tipo de regulação e crítica da razão de Estado. Seu objetivo é determinar como e o que se faz possível governar, além de definir quais os objetivos que devem ser renunciados pelo governo político. Como um princípio e método de racionalização do governo, o liberalismo é guiado pela regra interna da economia máxima, almejando um governo econômico tanto

³⁷Ao falar de governamentalidade, Foucault está se referindo a maneira de como o homem passa a ter sua vida conduzida, isto é, trata-se de uma análise de como se dão as relações de poder que conduz as condutas dos loucos, dos doentes, dos delinquentes, das crianças, e mais ainda como se conduzem à conduta de fenômenos de outras escalas “como a política econômica, como a gestão de todo um corpo social” (Foucault, 2008b, p. 258). Em outras palavras, os problemas específicos da vida e da população foram postos no interior de uma tecnologia de governo, que nem sempre foi liberal, mas desde o fim do século XVIII foi perseguida pelo liberalismo.

no sentido de que este deve ser guiado pela economia política, quanto pela ideia de que o Estado sempre governa demais, sendo necessário economizar em sua atuação reguladora. Por todas estas características, opunha-se à pretensão de um Estado policial que acreditava na possibilidade de um aumento sempre crescente de seu governo e de seus âmbitos de controle (CALIMAN, 2001, p.81-82)

Contudo, Foucault deixa claro que o liberalismo como nova arte de governar não significou o fim do dispositivo diplomático-militar e nem da polícia que funcionavam em prol da razão de Estado. “Estes elementos continuaram existindo, mas segundo várias mutações, inversões e adaptações que os adequaram ao novo contexto político liberal” (SANTOS, 2010, p 199). Em o Nascimento da biopolítica, Foucault propõe uma análise “do liberalismo como racionalidade política no *Ordoliberalismo*, o liberalismo alemão, e o neoliberalismo americano” (CASTRO, 2009, p. 245).

Assim a partir das aulas ministradas no Collège de France (1978-1979) Foucault estuda a governamentalidade; governamentalidade esta que se dá pelo Estado marcado pelo excesso de governo tanto por parte do liberalismo alemão quanto por parte do liberalismo americano, pois ele possui dois elementos que se constitui como uma fobia do Estado. Primeiramente esta fobia surge através de uma força intrínseca em relação ao seu objeto-alvo que é a sociedade civil; o segundo elemento é que as formas de Estado se engendram umas às outras a partir de um dinamismo específico ao Estado. Foucault se refere ao Estado que se propaga a partir do modelo alemão, e é este modelo que traz consigo a possibilidade de uma governamentalidade neoliberal.

Esse modelo alemão consistiu em certas transformações do liberalismo clássico fazendo com que o poder político passasse a ser regulado sobre os princípios de uma economia de mercado, dando ênfase ao surgimento de uma arte de governar os princípios formais de uma economia de mercado que não está associada ao princípio político do *laissez-faire*³⁸, e sim a uma vigilância, de uma atividade e de uma intervenção permanente. Segundo Foucault, o estilo de ação governamental do neoliberalismo se define a partir das questões do monopólio, da ação econômica e do problema da política social. O monopólio é considerado uma consequência natural e necessária na concorrência do regime capitalista. A teoria da concorrência que surge em consequência do monopólio se define aqui como uma ação reguladora capaz de regular a economia pelos mecanismos dos preços, isto é, o controle da inflação. Sendo assim o “mercado

³⁸ Economia surgida no século XVIII que defendia a existência do espaço livre que seria o mercado, isto é, o mercado livre nas trocas internacionais, Adam Smith foi o principal defensor do Laissez – faire. Esta economia foi muito importante para explicar no liberalismo o porquê no capitalismo o mercado deve funcionar livremente.

é um regulador econômico e social geral que constitui, no topo, uma espécie de mecanismo sutil muito seguro” (FOUCAULT, 2008b, p. 194) não podendo ser encontrado na base da sociedade. Outro ponto que Foucault vai apontar é a preocupação principal e constante da intervenção governamental que são as condições de existência do mercado, e essas condições os ordoliberais chamam de “moldura”, isto é, a intervenção governamental sobre a população no nível dos processos econômicos, científicos, jurídicos, demográficos e sociais.

Dentro desse contexto aparece outra personagem que defini a ação governamental que é a política social. A política social é “uma política que se estabelece com o objetivo de uma relativa repartição do acesso de cada um aos bens de consumo”. (FOUCAULT, 2008b, p. 194). A política social é concebida a partir de três princípios em uma economia de bem-estar. Princípios estes os quais os ordoliberais logo colocaram em dúvida. O primeiro princípio é que na economia de bem-estar, a política social serve de contrapeso nos processos econômicos selvagens que induzem efeitos de desigualdade e destruidores na sociedade. Em oposição a esse princípio os ordoliberais irão dizer que para se integrar à economia de bem-estar a política social não precisa servir de contrapeso e tão pouco adotar como objetivo a igualdade, pois seu objetivo deve ser a desigualdade, porque é ela que funciona como uma espécie de regulador geral da sociedade. O segundo princípio é a socialização de certos elementos de consumo como sendo instrumento da política social. Contrapondo-se a este princípio os ordoliberais colocam que o instrumento da política social não é a socialização dos elementos de consumo e nem da renda, e que o instrumento desta política deve ser a capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais, que terá por instrumento o seguro individual e mútuo e a propriedade privada. O terceiro princípio se dá da seguinte forma: na “economia de bem-estar uma política social é uma política que admite que quanto maior o crescimento, mais a política social, de certo modo em recompensa e em compensação, deve ser ativa, intensa [e] generosa” (FOUCAULT, 2008b, p. 195). Assim uma política social verdadeira e fundamental, segundo os ordoliberais não é aquela que é generosa, mas aquela que visa o crescimento econômico que permitem todos os indivíduos a possibilidade de alcançar os seguros individuais, a terem acesso a propriedades privadas e a capitalização individual ou familiar.

Assim a política social se apresenta como sendo a capitalização mais generalizada possível para todas as classes sociais e os alemães a chama de “política Social individual” (FOUCAULT, 2008b, p. 197), ou seja, a forma de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos. A política social da Alemanha

se constitui a partir de elementos vindos do socialismo do Estado bismarckiano ³⁹, da economia keynesiana ⁴⁰, dos planos Beveridge ⁴¹ ou dos planos de seguridade tal como funciona na Europa e isso fez com que os neoliberais, os ordoliberalis alemães não se identificassem com sua própria política. Dentro deste contexto que a sociedade surge como objeto de intervenção governamental que possibilitou a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade dentro de uma racionalidade política. Essa sociedade pensada pelos neoliberais é uma sociedade submetida à dinâmica correcional, não enquanto sociedade de supermercado e sim uma sociedade empresarial. E segundo Foucault vai ser o *homo oeconomicus* que vai representar essa sociedade empresarial. Dessa forma a multiplicação da forma empresa no interior do corpo social que constitui a política neoliberal.

Na França a propagação do modelo alemão se deu de forma lenta, caracterizando-se primeiramente por uma governamentalidade fortemente estatizada, dirigista e administrativa; segundo por uma crise econômica que causou a aplicação do modelo alemão; e finalmente a terceira característica é que os agentes de propagação e os de aplicação desse modelo alemão são os gestores do Estado e os que têm de gerir o Estado nesse contexto de crise. Já nos Estados Unidos a propagação ou a difusão do modelo alemão também surgiu em um momento de crise, porém no interior de uma crise política que já existia desde o *New Deal*, desde Johnson, passando por Nixon, e também por Carter. Outra característica é que essa governamentalidade neoliberal apresenta-se como uma espécie de grande alternativa econômica política que adquire a forma de todo um movimento de oposição política dentro dos Estados Unidos.

Segundo as análises de Foucault, foi na década de 70 que surgiu na França essa economia neoliberal que se deu a partir de uma crise caracterizada por um grande crescimento do desemprego, uma inversão do saldo credor da balança de pagamentos, uma inflação crescente, e o encarecimento da energia. Assim como forma de solucionar essa crise surge o liberalismo que vai inserir a economia francesa no mercado para ajustá-la ao novo preço da energia; e com isso a política francesa passa a ser globalmente neoliberal.

³⁹ O estado bismarckiano foi fundado por Otto Bismarck, um autoritário príncipe prussiano que se esforçou por fundar a unidade alemã sob o poder prussiano e também organizou o socialismo estatal.

⁴⁰ A economia keynesiana consiste em uma organização político-econômico, oposta ao neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. A economia Keynesiana atribuiu ao Estado alguns direitos e deveres que garantem a população um padrão mínimo de vida como: salário mínimo, assistência médica, redução da jornada de trabalho, passando a ser conhecido como Estado de bem-estar social, sendo adotado pelas políticas econômicas.

⁴¹ Os planos Beveridge foram formados pelo governo britânico e presididos pelo Sir William Beveridge. Os planos Beveridge foram influenciados pelas ideias de Roosevelt de buscar a erradicação das necessidades de toda a população e, também, pelo economista Keynes na defesa da distribuição de renda.

O surgimento da política social na França e na Inglaterra se deu a partir de um modelo de guerra, isto é, um modelo de solidariedade nacional. E esse modelo fez com que se desencadeassem nesses países dois grandes problemas. O primeiro problema foi à manutenção do pleno emprego, e o segundo foi o impedimento dos efeitos de uma desvalorização que a política de crescimento fazia necessária. Sendo assim, foi para manter o pleno emprego e para suavizar os efeitos de desvalorização que se tornou necessária a criação de uma política de cobertura social dos ricos, pois a poupança, a capitalização individual já havia se tornado insuficiente. A partir daí o liberalismo passa a ser definido como cálculo do risco, isto é, o livre jogo dos interesses individuais em conjunto com o interesse de todos, fazendo o liberalismo estabelecer múltiplos mecanismos de segurança. As políticas sociais da França e da Inglaterra foram políticas de consumo coletivo, aplicado ao conjunto da população, com apenas alguns setores privilegiados. Com essa política alguns irão dizer que surge uma série de efeitos econômicos que podem introduzir consequências inesperadas desajustando o sistema econômico e o sistema social. Por outro lado, outros irão dizer que não há nenhum efeito direto sobre a economia, e que se existe algum efeito ele se dá conforme os mecanismos da própria economia, e que os efeitos de um não interferem no outro, sendo então neutros. Surge então a seguridade social criada por Laroque⁴². Laroque definiu a seguridade social como sendo “nada mais que uma técnica que permite fazer com que cada um seja posto em condições de assegurar toda e qualquer circunstância a sua subsistência e das pessoas a seu encargo” (FOUCAULT, 2008b, p. 274). Isto significa que a seguridade social é uma solidariedade que é imposta à massa dos assalariados como forma de beneficiá-los.

A política social, cujos efeitos são neutros, já se encontrava formulada na França desde 1972, isto é, desde o período de instalação do modelo neoliberal. Essa política social foi formulada por Giscard d’Estaing que vai dizer que as funções econômicas do Estado moderno são as redistribuições relativas à renda; a alocação na forma de produção de bens coletivos; e a regulação dos processos econômicos capazes de assegurar o crescimento do pleno emprego. Giscard também chama a atenção para a importância da separação do econômico do social. Pois segundo ele, a economia deve ter suas regras próprias e o social deve ter seus próprios objetivos, e isto tem que ocorrer de tal forma que um não interfira no outro. Aparece então a ideia de que a economia é um jogo e suas regras são garantidas pelo Estado que é o único ponto de contato entre o econômico e o social. E serão essas regras que irão caracterizar a economia de mercado possibilitando tomadas de decisões descentralizadas. Na crítica liberal o mercado

⁴² No Nascimento da biopolítica, Foucault diz que Pierre Laroque foi encarregado por A. Parodi, em setembro de 1944, de elaborar o plano de seguridade social.

representou um espaço de experiência privilegiada onde se podem identificar os excessos de governamentalidade e até medi-los.

Outro elemento que vem caracterizar a política social é a ideia do imposto negativo. O imposto negativo é um benefício socialmente eficaz sem ser economicamente perturbador. Porém para ser eficaz e não ser economicamente perturbador o imposto negativo não pode se apresentar sob a forma de consumo coletivo, ou seja, de forma igualitária tanto para os ricos como para os pobres. Os benefícios desse imposto devem cair exclusivamente sobre os deficientes, idosos, desempregados, sobre as pessoas de baixa renda ajudando-as se manterem quando estas não conseguirem por si só. O objetivo deste imposto negativo é “evitar absolutamente tudo o que poderia ter, na política social, efeitos de redistribuição geral de renda, isto é, tudo o que se poderia colocar sob o signo da política socialista” (FOUCAULT, 2008b, p. 282). A política socialista é chamada de política da pobreza relativa, isto é, uma política na qual se procura diminuir os efeitos da pobreza referente a uma diferença de renda entre os mais ricos e os mais pobres. Diante disso, Foucault vai dizer que o objetivo de uma política social é fazer com que a sociedade se desenvolva como uma sociedade empresarial, estabelecendo certos números de mecanismos de intervenção para assistir a necessidade da população naquele momento.

O neoliberalismo alemão e o americano implicaram em duas formas distintas de criticar a irracionalidade própria do excesso de governo. Um neoliberalismo se deu a partir da teoria política de sociedade, onde era “valorizado a lógica da concorrência pura, no terreno econômico, ao mesmo tempo em que enquadra o mercado por meio de intervenções estatais” (FOUCAULT, 2008b, p. 445); e outro neoliberalismo procurou ampliar a racionalidade do mercado a campos não econômicos, ou seja, esse neoliberalismo partiu da teoria do capital humano. O capital humano possibilita aplicar análises econômicas a campos e áreas que são totalmente novos, podendo ser melhorado a partir de análises médicas, cuidados com a saúde, cuidados com a higiene pública que está inserida na política econômica. O capital humano se constitui por elementos inatos também chamados de hereditários que se manifestam geneticamente, isto é, são condicionados por equipamentos genéticos que recebemos dos nossos antecedentes. A aplicação genética às populações possibilita reconhecer os indivíduos de risco e o de tipo de risco que eles correm ao longo de sua existência. Outro elemento importante na composição do capital humano são os elementos adquiridos que se dão a partir de investimentos culturais passados dos pais para os filhos. Com isso vai se chegar toda uma análise ambiental, da vida da criança, que vai poder ser calculada, quantificada e medida em termos de possibilidades.

No século XVIII surge o *homo oeconomicus* como elemento básico da nova razão governamental, como sujeitos de interesse distinto do sujeito de direito e da noção de sociedade civil correlativa da tecnologia liberal de governo, que fará com que a sociedade seja representada por um “conjunto das condições do menor governo liberal” e a “superfície de transparência da atividade governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 446). E foi esse liberalismo que moldou a biopolítica da espécie humana.

Com base no neoliberalismo traçado dentro dessa governamentalidade biopolítica, nesse capítulo será traçado o novo conceito da educação. Ou seja, dentro desse contexto, será analisado o processo educacional o qual vem assumindo o papel de formação de sujeitos para o mercado de trabalho dentro de uma sociedade neoliberal, ou o que Foucault chamou de racionalidade governamental moldada por uma biopolítica, onde cada vez mais se encontra ligada as práticas pedagógicas educacionais. No entanto, para que possamos compreender como se dá esse processo educacional, torna-se necessário compreender como se desenvolveu essa governamentalidade a qual a educação escolar se integra e envolve o corpo-aluno em mecanismos populacionais dentro de uma realidade neoliberal.

2.2 Da condução das almas à razão de Estado

A ideia de governo na modernidade nos remete a um pensamento de que a sua significação se originou politicamente. Porém Foucault afirma que antes de adquirir um significado propriamente político, a palavra governar adquiriu vários conceitos. Mesmo diante de vários significados, para Foucault, fica claro que nunca se governa um Estado, ou um território, nunca se governa uma estrutura política, o que se governa é sempre o homem, seja ele enquanto indivíduo ou enquanto população. A ideia de um governo dos homens é uma ideia que se origina com o poder pastoral.

Segundo Foucault, o poder pastoral se desenvolveu entre os hebreus a partir da relação pastor-rebanho, isto é, a partir da relação de Deus com os homens. A concepção de poder pastoral se manteve separada da concepção grega, já “que a relação pastor-rebanho não é para os gregos um bom modelo político” (FOUCAULT, 2008a p.182). Mas como em toda regra há uma ou umas exceções Foucault fala que existe uma série de objeções que “contrapõe” essa afirmação. Assim na “aula de 15 de fevereiro de 1978”, Foucault desenvolve uma breve análise do problema da relação pastor-rebanho dentro do contexto e do pensamento grego.

Para o nosso filósofo a relação pastor-rebanho se fez presente na literatura grega podendo ser observada a partir do vocabulário homérico, onde na *Iliada* e na *Odisseia* aparece

uma série de referências que designam o rei como pastor dos homens. Essa relação também aparece na tradição pitagórica a partir da ideia de *nomeús* que designa pastor; e esse pastor na medida em que cuida, alimenta, guia, ele cria leis. Ainda na tradição pitagórica outro fator caracteriza a relação no contexto grego, que é a ideia de magistrado. O magistrado para os pitagóricos são *philánthropos* que ama e zela seus administrados assim como faz o pastor com suas ovelhas. Nos textos de Platão metáfora do pastor-magistrado também se faz presente, onde “o bom magistrado, o magistrado ideal é considerado o pastor” (FOUCAULT, 2008a, p.185). Essa metáfora é empregada nos textos de Platão com exceção do texto “Político”, de três modos: primeiramente a partir do poder dos deuses sobre a humanidade, onde os deuses se apresentam como pastores dos homens que os alimentam, que os guiam, que zelam por sua felicidade e pelo seu bem-estar. Em segundo lugar aparece a figura do magistrado-pastor que é um subordinado do verdadeiro legislador. E por fim, nos textos da “República” de Platão sendo mais específico no livro I, o “bom magistrado é aquele que é um verdadeiro pastor” (FOUCAULT, 2008a, p.186).

No entanto, no texto “Político” Platão começa a questionar se possível é “definir o político como pastor dos homens” (CASTRO, 2009, p.328). Edgardo Castro em seu livro “Vocabulário de Foucault”, afirma que no diálogo “Político” em um primeiro momento o político aparentemente é uma espécie de pastor, mas a partir do mito do mundo começa a surgir dúvidas em relação a essa questão, visto que, ao colocar o rei e o político, como pastores tornam-se necessário diferenciá-los dos outros candidatos a esse título, como por exemplo: os médicos, comerciantes, agricultores. Assim a metáfora do pastor começa a ser rejeitada e surge uma diferenciação entre o político e o pastor. O político deixa de ser visto a partir da arte do rebanho e passa a ser “definido a partir da arte de tecer, será o legislador filósofo, quem tece, a partir de seu conhecimento imutável, a trama da polis” (CASTRO, 2009, p.328). O que significa que “o homem político é um tecelão” (FOUCAULT, 2008a, 193) que tece os tecidos de toda a população e do Estado com a ajuda de atividades que contribuem para o bom funcionamento da polis, como vai se dá com a arte de educar que é de fundamental importância para se ter uma boa oratória, requisito importante na política, assim como várias outras artes que serão tecidas a fim de conduzir os homens livres e até os escravos a felicidade, como afirma Foucault a partir de suas análises do livro “Político” de Platão;

A arte da política é como a arte do tecelão, não uma coisa que se ocupa globalmente de tudo, como o pastor deveria se ocupar de todo o rebanho. A política, como arte do tecelão, só pode se desenvolver a partir e com ajuda de certo número de ações adjuvantes ou preparatórias. A lã precisa ser

tosquiada, o fio precisa ser traçado, o cortador tem de passar por lá para que o tecelão possa trabalhar. Da mesma maneira, para ajudar o homem político vai ser necessária toda uma série de artes adjuvantes. Fazer guerra, pronunciar boas sentenças nos tribunais, também persuadir as assembleias pela arte da retórica, tudo isso não é propriamente política, mas é a condição para o exercício dela (...). O homem político liga entre si os elementos, os bons elementos que formados pela educação, vai ligar as virtudes, as diferentes formas de virtudes que são distintas umas das outras, vai tecer e ligar entre si os temperamentos opostos, por exemplo, os homens fogosos e os homens moderados, e vai tecê-los com a lançadeira de uma opinião que os homens compartilham. A arte do rei não é, portanto, de maneira nenhuma, a arte do pastor, é a arte do tecelão, é uma arte que consiste em juntar as existências (...) “numa comunidade que se baseia na concórdia e na amizade” (FOUCAULT, 2008a, p.193-194).

Assim a ideia do poder pastoral nas sociedades ocidentais não sofreu nenhuma influência da antiguidade grega e romana. Para Foucault, as sociedades ocidentais foram marcadas por um poder pastoral fundamentado em uma racionalidade política. Esse poder é um poder individualizante e ao mesmo tempo totalizante que lança mão de toda uma técnica de segurança característica do biopoder. Na “aula de 15 de fevereiro de 1978” Foucault afirma que o poder pastoral surgiu no ocidente a partir do cristianismo. O poder pastoral “É um poder de tipo religioso que tem seu princípio, seu fundamento, sua perfeição no poder que Deus exerce sobre o seu povo” (FOUCAULT, 2008a, p. 167-168). Sendo assim o poder pastoral não se exerce em um território, ele é exercido diretamente sobre o rebanho, onde o Pastor deve cuidar das suas ovelhas para que elas não se desgarem e caso isso ocorra ele deve trazê-la de volta ao seu rebanho. O poder pastoral é um poder individualizante e ao mesmo tempo globalizante, pois o pastor

Faz tudo pela totalidade do rebanho, mas faz tudo também para cada uma das ovelhas do rebanho (...) Por um lado, o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um, *omnes et singuatm*, o que vai ser precisamente o grande problema da técnica de poder no pastorado cristão, como das técnicas de poder, digamos, modernas, tais como foram introduzidas nas tecnologias da população(...) E, depois, de maneira ainda mais intensa, no problema do sacrifício dele próprio pela totalidade do rebanho, sacrifício da totalidade do rebanho por cada uma das ovelhas. (FOUCAULT, 2008a, 172)

O poder pastoral não consiste em um poder onde o pastor se coloca como sendo superior as suas ovelhas. Esse poder se caracteriza principalmente através da manifestação do cuidado que o pastor deve ter com suas ovelhas. Assim esse poder se manifestaria como um

dever onde o pastor deve sustentar, alimentar, direcionar e estar disposto a entregar a própria vida se preciso for para a salvação do seu rebanho. Assim como ele também deve estar disposto em deixar todo o seu rebanho para ir em busca de uma ovelha que se dispersou. O que significa o sacrifício de um todo e principalmente dele próprio por cada um. Ao analisar a relação-pastor rebanho, Foucault mostra a “relação de Deus com os homens, da divindade com os homens, e também do soberano (que assume um papel de pastor subalterno a qual Deus o confiou seu rebanho para que ele enquanto soberano terrestre devolva as suas ovelhas sãs e salvas)”. “O governo e a direção da vida de suas ovelhas e de seu rebanho em direção a salvação, este é o objetivo do Pastor” (CALIMAN, 2001, p.72).

De acordo com as análises foucaultianas, o poder pastoral se liga a uma organização de uma religião, como a igreja Cristã que foi responsável pela sua propagação durante séculos. Para Foucault, foi mais ou menos no século XVIII que o poder pastoral foi abolido, porém de certa forma esse poder nunca foi abolido por completo, pois “pode-se dizer que toda a organização da Igreja de Cristo aos abades e aos bispos, é uma organização que se apresenta como pastoral” (FOUCAULT, 2008a, p.203). Mas isso não significa que esse poder tenha sempre permanecido da mesma forma. “Em torno desse poder ocorreram revoltas, lutas, guerras sangrentas, travadas por ele e contra ele”. Todas essas guerras e lutas tinham por objetivo “saber quem teria efetivamente o direito de governar os homens, governar os homens em sua vida cotidiana, nos detalhes e na materialidade” (FOUCAULT, 2008a, p.198). Essas lutas perpassaram séculos sem extinguir o poder pastoral que se manteve como motivo e causa e de certa forma como consequência da Reforma que trouxe um fortalecimento do pastorado que se constituiu de duas formas que se diferenciaram da Igreja Católica para os protestantes.

A Reforma foi sem dúvida muito mais uma grande batalha pastoral do que uma grande batalha doutrinal, embora seja verdade que o que estava em jogo com a Reforma era a maneira como o poder pastoral era exercido, o que saiu da Reforma, ou seja, um mundo protestante e a Contra-Reforma, esses dois mundos, essa série de mundos, não eram mundos sem pastorado. Ao contrário, foi um prodigioso fortalecimento do poder pastoral que saiu dessa série de agitações e de revoltas que se inicia no século XII e se estabiliza, grosso, nos séculos XVII e XVIII. Saiu delas um formidável fortalecimento do pastorado de diferentes tipos: o tipo digamos, protestante ou das diferentes seitas protestantes com um pastorado metucioso, porém tanto mais metucioso quando mais flexível era hierarquicamente, e, ao contrário, uma Contra-Reforma com um pastorado inteiramente controlado, uma pirâmide hierarquizada, dentro de uma igreja católica fortemente centralizada. (FOUCAULT, 2008a, p.198).

Além disso, ao analisarmos a fundo esse poder percebemos que ele foi desmembrado, transformado, e integrado em outras formas de poderes como, por exemplo: a sua forma de funcionamento que se dá sobre um e sobre o todo, sobre a multiplicidade que tem por finalidade guiar, governar, direcionar o rebanho a salvação. Essa é uma característica própria do poder de governo.

Durante o século XVII e XVIII a pastoral surge como uma arte pela qual se ensinava as pessoas a governar e a deixarem ser governadas por outros. Com isso o poder pastoral deixa de ser somente a relação pastor-rebanho, que significava a relação de Deus com os homens, pois essa relação se institucionaliza “num pastorado que tem suas leis, as suas regras, as suas técnicas, os seus procedimentos” (FOUCAULT, 2008a, p.201), que torna esse poder globalizante, autônomo e específico. Assim dentro da igreja deixam de existir “o pastor” que seria Deus, ou seja, “O Deus dos hebreus é, sim, um deus-pastor, mas não havia pastores no interior do regime político dos hebreus. Portanto, o pastorado deu lugar, no cristianismo, a uma rede institucional densa, complicada, compacta” (FOUCAULT, 2008a, p.218) que abrangeu toda a Igreja, a cristandade e toda a comunidade do cristianismo. A partir daí dentro do pastorado institucionalizado passou a existir pastores que são classificados de acordo com o seu grau de autoridade e relação com seu rebanho, como coloca Foucault:

Cristo, claro, é pastor, e é um pastor que se sacrifica para trazer de volta a Deus o rebanho perdido, que chega a se sacrificar não apenas pelo rebanho em geral, mas por cada uma das ovelhas em particular... O primeiro pastor é, obviamente, Cristo. A epistola aos hebreus já dizia: “Deus trouxe de entre os mortos o maior pastor de ovelhas, Nosso Senhor Jesus Cristo.” Cristo é o pastor. Os apóstolos também são pastores, os pastores que vão visitar uns depois dos outros os rebanhos que lhes foram confiados e que, ao fim da sua vida, quando virá o temível dia, terão de prestar contas de tudo o que aconteceu com o rebanho. Evangelho de São João, 21, 15 – 17: Jesus Cristo manda Pedro apascentar seus cordeiros e apascentar suas ovelhas. Os apóstolos são pastores. Os bispos são pastores (...) Gregório, o Grande, chama regularmente o bispo de “pastor”. Os abades à frente das comunidades são considerados pastores (...) (FOUCAULT, 2008a, p.203).

Com a institucionalização do pastorado pelo Cristianismo, ocorreram grandes modificações em sua estrutura, modificações essas que mais tarde serão integradas nas técnicas de governo. Uma das principais transformações que ocorreram vai ser a forma de conhecimento do pastor em relação as suas ovelhas. O que significa que o pastorado é uma “forma de poder que não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas,

sem fazer-lhe revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (FOUCAULT, 1995, p237). Isto significa que o pastor deve conhecer cada uma de suas ovelhas de forma individualizante para que assim possa conhecer suas necessidades, o que se passa com cada uma delas, o que se passa em sua alma, quais foram os seus pecados para que assim o pastor possa direcioná-la e conduzi-la a salvação.

Segundo Foucault, essa prática não irá fazer com que o pastor se torne um homem da lei que ao examinar a ações e alma de suas ovelhas irá condená-las como se estivesse em um tribunal. Pelo contrário, Foucault deixa claro que o “cristianismo não é uma religião da lei; é uma religião das vontades de Deus para cada um em particular” (FOUCAULT, 2008a, p.230). Com isso, o pastor não seria de forma alguma um “homem da lei”, como se dava nas religiões judaicas. O pastor podia ser comparado ao um médico que cuida do seu rebanho e das almas, das doenças e desvios de cada uma das ovelhas, assim “o pastor é aquele que cuida individualmente de cada ovelha e que zela pela salvação de cada uma” (FOUCAULT, 2008a, p.230). Mas para isso é necessária à existência de uma “obediência pura”, obediência essa que se configurou como sendo um tipo de “conduta unitária” e também em uma “dependência integral”, de submissão de um indivíduo a outro; onde partindo de um princípio de “obediência cristã”, o indivíduo que é dirigido deve total obediência ao seu pastor que assume o papel de cuidar não só da sua vida espiritual como também da sua vida material. Porém a “obediência cristã” não se dá somente a partir da relação do indivíduo com o pastor, mas também a partir da relação do pastor com seu legislador. Contudo, ao pastor não cabe somente o papel de dirigir, o pastor também tem o dever de ensinar a verdade. Ensino este que deve ser “uma direção de conduta cotidiana” que não consistirá somente na aprendizagem daquilo que as ovelhas devem saber ou fazer. Esse ensino visa também em uma produção de saber do pastor em relação as suas ovelhas; e para isso o pastor deve se manter um olhar atento e vigilante sobre o seu rebanho.

O fato de que esse ensino deva ser uma direção da conduta cotidiana. Trata-se não apenas de ensinar o que se deve saber e o que se deve fazer. Trata-se de ensiná-lo não apenas por princípios gerais, mas por uma modulação, esse ensino também tem de passar por uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante e da maneira menos descontínua possível, sobre a conduta integral das ovelhas. A vida cotidiana não deve ser simplesmente, em sua perfeição, em seu mérito ou em sua qualidade, o resultado de um ensino geral, nem mesmo o resultado de um exemplo. A vida cotidiana deve ser efetivamente assumida e observada, de sorte que o pastor deve formar, a partir da vida cotidiana das suas ovelhas, que ele vigia, um

saber perpétuo que será o saber do comportamento das pessoas e da sua conduta (FOUCAULT, 2008a, p.238-239).

Dentro deste contexto se vê aparecer dois instrumentos: o exame e a direção de consciência que funcionam de forma articuladas. Para Foucault, “vale dizer que o pastor não deve simplesmente ensinar a verdade. Ele deve dirigir a consciência” (FOUCAULT, 2008a, 239). Aqui Foucault retoma ao pensamento grego como forma de diferenciar a prática de direção de consciência cristã da prática antiga. Assim Foucault fala na aula do dia 22 de fevereiro de 1978 do curso *Segurança, território e população*, que na Antiguidade Greco-romana a direção da consciência se dava de forma voluntária e espontânea ou quando o indivíduo necessitasse, ele mesmo ia à procura de alguém que se dispunha a dirigi-lo em troca de dinheiro, como se dava com os Sofistas que se colocavam a disposição daqueles que necessitavam ser dirigidos. Outra característica dessa prática na Antiguidade é que ela não só se dava de forma voluntária, como as pessoas não se deixavam ser dirigidas à vida inteira. Um outro ponto era o exame da consciência, que tinha por objetivo fazer com que a pessoa ao examinar sua consciência pudesse manter um “controle de si” mesma. Ao contrário de como essa prática se dava no cristianismo, pois ela não era totalmente voluntária, mas era completamente permanente, e o exame da consciência não implicava em um “controle de si”, e sim em um estado de dependência que o dirigido mantinha com o diretor, onde através do exame da consciência é confessado ao diretor (ou padre que é quem assume esse papel no cristianismo) as suas faltas. Rone Eleandro Santos em sua tese *Genealogia da governamentalidade em Michel Foucault* afirma que:

A prática do exame e direção da consciência dentro do pastorado cristão não tinha como objetivo a busca da construção de si como tinha o método de examinação e direcionamento praticado na Antiguidade Grego-romana. Naquelas culturas o exame e a direção faziam parte de um arsenal de técnicas de cuidado de si – a meditação, os procedimentos de provação, entre outros – que visava mais um cuidado com os atos praticados e não com a construção de uma interioridade. Por isso que o exame de consciência visava o domínio sobre as representações mentais não com o intuito de desvendar a origem profunda ou o sentido oculto de uma ideia ou pensamento, mas sim de entender a estreita ligação entre o que estava sendo representado na mente e o “si mesmo” em construção, bem como as implicações do que se pensa com as atitudes realizadas pelo sujeito (...) Situação diferente é encontrada dentro da pastoral cristã onde a relação entre diretor e dirigido acontece dentro de um contexto de total submissão e obediência. Aquele que busca um diretor de consciência o faz sabendo que isso implica na imposição da abertura e revelação de sua alma para ele. Por meio de regras que conduzem o exame da consciência o discípulo é capaz de vasculhar sua consciência de tal forma que revela para o mestre/diretor os atos praticados e os pensamentos mais

escondidos. Após ouvir tudo o diretor de consciência que via de regra era um padre poderia estabelecer o que o discípulo/fiel deveria fazer para alterar sua conduta visando uma vida de maior santidade. (RONE, 2010, p.97-99).

Apesar de Foucault se ater a algumas questões referentes ao pastorado, como: a salvação, a lei e a verdade, ele deixa claro que não são somente estas questões que caracterizaram o pastorado cristão, pois o pastorado não mais se restringe a uma instituição religiosa que tinha como objetivo principal a salvação, a lei e a verdade. Ainda que sua forma de funcionamento se assemelhasse ao poder político, o poder pastoral permaneceu separado do poder político pelo menos até o século XVIII. Mas a sua forma institucionalizada já apontava para a introdução de um “governo dos homens”. Tais apontamentos fizeram com que o poder pastoral encontrasse “apoio numa multiplicidade de instituições: ora no aparelho de Estado, ora na polícia, em empreendimentos privados e sociedades de bem estar, ou na medicina e na família” (CALIMAN, 2001, p.73). Assim ocorreram mudanças no poder pastoral que passaram a caracterizar uma série de poderes, como Foucault analisa em *O sujeito e o poder*;

Já não se trata mais de uma questão de dirigir o povo para a sua salvação no outro mundo, mas antes de assegurá-la nesse mundo. E, neste contexto, a palavra salvação tem diversos significados: saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes (...) concomitante, houve um esforço da administração do poder pastoral. Às vezes, esta forma de poder era exercida pelo aparelho do Estado ou, pelo menos por uma instituição pública como a polícia (...) Outras vezes, o poder se exercia através de empreendimentos privados, sociedades para o bem-estar, de benfeitores e, de um modo geral, de filantropos. Porém, as instituições antigas como a família eram igualmente mobilizadas, nesta época, para assumir funções pastorais. Também era exercido por posturas complexas como a medicina, que incluíam as iniciativas privadas, com venda de serviços, com base na economia de mercado, mas que incluíam instituições públicas como os hospitais. Finalmente, a multiplicação dos objetivos e agentes do poder pastoral enfocava o desenvolvimento do saber sobre o homem em torno de dois polos: um globalizador e quantitativo, concernente à população; o outro, analítico, concernente ao indivíduo. (FOUCAULT, 1995, p.238)

Segundo Foucault, foi o pastorado no cristianismo que deu ênfase ao surgimento dessa ideia de governo dos homens, que deu “lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de controlar, de manipular os homens (...) uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente” (FOUCAULT, 2008a, p.218-219). O que fez com que no fim do século XVII e início do século XVIII, o poder pastoral fosse retomado dentro do

exercício da governamentalidade, pois a partir de então o governo passou a se interessar pela a conduta dos homens e a querer conduzi-los. A partir do momento que a governamentalidade lança mão do poder pastoral e o aperfeiçoa, e o utiliza ao seu modo com a intenção de querer encarregar-se da conduta dos homens, e a querer conduzi-los, vemos que os “conflitos de condutas que se desencadeavam a partir de instituições religiosas passaram a encontrar seus fundamentos nas instituições políticas”.

Contudo, pode-se dizer que a racionalidade de governo dentro dos Estados modernos se constituiu a partir de um modelo pastoral. “A tese de Foucault é que as formas de racionalidades de poder, no Estado moderno, são uma apropriação-transformação das práticas do poder pastoral” (CASTRO, 2009, p. 329). Isto é, “o Estado Moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs” (FOUCAULT, 1995, p.236). Foucault conseguiu ver a relação pastor-rebanho como sendo um elemento fundamental para suas análises do biopoder.

Tais características podem ser resumidas da seguinte forma: “é um poder cujo objetivo consiste em garantir a salvação do indivíduo; é um poder de sacrifício do pastor e do rebanho; é um poder individualizante e totalizante; é um poder que envolve um saber da consciência e a capacidade de conduzi-la”. Essas características deram ênfase aos surgimentos de outros poderes, como o poder de governo que se apossou e o adaptou em seus mecanismos para que pudessem funcionar de acordo com seus objetivos. Isto é, enquanto o pastorado cristão tinha por objetivo a condução das almas⁴³, a arte de governar que surge a partir de então tem por objetivo direcionar e conduzir a conduta dos homens.

No entanto, a passagem do poder pastoral ou “pastoral das almas” (FOUCAULT, 2008a, p. 306) não se deu de repente. Durante o século XVI o poder pastoral se fortalece tanto em suas formas espirituais, como “em sua eficiência temporal” (FOUCAULT, 2008a, p. 308). Ainda no século XVI paralelo ao fortalecimento do poder pastoral desenvolve um poder que está fora da “autoridade eclesiástica”, que não pertence ao poder da igreja, mas que parte do problema da “condução”. O século XVI é o momento em que “entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos” (FOUCAULT, 2008a, p 309). Mas antes de nos ater a essas questões de governo torna-se pertinente ressaltamos que o fortalecimento do pastorado se deu graças a Reforma e a Contra-Reforma dando ao pastorado religioso um controle sobre a

⁴³ Esse conceito “condução das almas” passa a ser utilizado a partir do século XVI. Até então, utilizavam-se os termos “regime e economia das almas”. Na aula de 01 de março de 1978, Foucault deixa claro que o primeiro a falar do problema do governo dos homens como uma “economia das almas” foi o bispo Gregório Nazianzeno. “A partir do século XVI o conceito de regime e economia das almas sofre uma nova mudança, segundo Foucault, a partir da introdução do conceito de ‘conduta’ que poderia designar tanto a atividade política de conduzir os homens, quando a atitude de se conduzir ou deixa-se conduzir por outra pessoa” (Rone, 2010, p110).

vida dos indivíduos e ocasionando transformações, como cita Foucault na aula de 08 de março de 1978:

Tanto a Reforma quanto a Contra-Reforma deram ao pastorado religioso um controle, uma influência sobre a vida espiritual dos indivíduos muito maior que no passado: aumento das condutas de devoção, aumento dos controles espirituais, intensificação da relação entre os indivíduos e seus guias. Nunca o pastorado havia sido tão intervencionista, nunca havia tido tamanha influência sobre a vida material, sobre a vida cotidiana, sobre a vida temporal dos indivíduos: é a assunção pelo pastorado, de toda uma série de questões, de problemas referentes à vida material, à higiene, à educação das crianças. Portanto, intensificação do pastorado religioso em suas dimensões espirituais e em suas extensões temporais (FOUCAULT, 2008a, p.308).

Podemos perceber que no século XVI dentro do pastorado cristão já começam aparecer os problemas dos quais se tornaram problemas de intervenções do governo como o da questão da higiene que mais tarde será envolvida por uma medicina de controle e a educação das crianças. Assim a partir do século XVI começaram aparecer várias formas de condução⁴⁴ pautadas em um controle de governo. Como também começa a aparecer uma racionalidade “que programa e orienta o conjunto da conduta humana” (FOUCAULT, 2006, p. 319), isto é, uma razão governamental, a qual não consiste mais em uma economia de poder cujo objetivo era a salvação, nem a obediência e tão pouco a verdade como a *ratio pastoralis*. Essa razão governamental que começa a aparecer, é o “Estado⁴⁵”, onde a figura do rei não aparece mais ligada a figura de Deus e tão pouco relacionada à salvação dos homens, mas sim ligada ao Estado. A racionalidade de governo é caracterizada por duas tecnologias de poder, que segundo Caliman, “transformaram-se nas principais responsáveis pela formulação e efetivação de seus objetivos e práticas”, são elas: a razão de Estado e a polícia.

Na aula do dia 22 de março de 1978, Foucault apoiando-se nas concepções do italiano Palazzo⁴⁶ e do Francês Chemnitz desenvolve uma análise do significado, características e objetivo da razão de Estado que como já foi mencionado acima, transformou-se em uma das

⁴⁴ Com o surgimento de diferentes formas de condução, passa-se a “conduzir de si e da família, a condução religiosa, condução pública” (Foucault, 2008a, p309-310).

⁴⁵ Segundo Foucault, “o Estado é a ideia reguladora da razão governamental”, o que ele quer dizer é que “o Estado nesse pensamento político que buscava uma racionalidade de uma arte de governar, o Estado foi de início um princípio de inteligibilidade do real. O Estado foi certa maneira de pensar o que eram, em sua natureza própria e em seus vínculos, em suas relações, certo número de instituições já dados” (Foucault, 2008a, p. 385).

⁴⁶ Segundo Foucault, Palazzo define a razão de Estado tanto em seu caráter objetivo que se coloca como sendo indispensável e suficiente para que a república mantenha sua integridade tanto no domínio, tanto em um conjunto de leis, de regras, de costumes, em uma condição de vida e em seu estado imóvel, o que significa em todos os sentidos do Estado; e em seu caráter subjetivo, a qual a razão de Estado se define como sendo “uma regra ou uma arte” (Foucault, 2008a, p.343).

principais práticas do governo. Para Palazzo, a razão de Estado “é um método ou uma arte que nos permite descobrir como fazer com que a ordem e a paz reinem no seio da república” (CASTRO, 2009, p. 378-379). A razão de Estado é para Palazzo “o que deve assegurar a integridade do Estado, é, a própria essência da paz, a regra de viver em repouso, a perfeição das coisas” (FOUCAULT, 2008a, p.386). Já para Chemnitz, Foucault vai dizer que a razão de Estado consiste em um cuidado político que é essencial para todos os negócios públicos e que deve ter por finalidade a conservação, a ampliação e a felicidade⁴⁷ do Estado. Ao analisar as concepções de Palazzo e Chemnitz, Foucault chama atenção para o fato de que a razão de Estado aqui tem sua finalidade, sua essência, seu objetivo no próprio Estado. Isto é, tudo que se faz é pela prosperidade, pelo enriquecimento e pela felicidade do Estado e não por nada que seja exterior a ele, ou como o próprio Foucault coloca na aula de 22 de março de 1978: “o Estado só se subordina a si mesmo, busca seu próprio bem e não tem nenhuma finalidade exterior, isto é, ele não deve desemborcar em nada mais que em si mesmo” (FOUCAULT, 2008a, p.389). O que significa que “a razão de Estado é uma relação do Estado consigo mesmo, uma automanifestação na qual a população está esboçada, mas não presente, esboçado, mas não refletido” (FOUCAULT, 2008a, p.370). Em outras palavras, isso não quer dizer que a população não existia dentro do contexto da razão de Estado e sim que até o século XVI a população ainda não havia se transformado em objeto de preocupação política, fato este que ocorreu no início do século XVII e meados do século XVIII, onde a população se transformou no elemento central de reflexão política. A noção de população “vai ser elaborada por intermédio de um aparelho instalado para fazer a razão de Estado funcionar. Esse aparelho é a ‘polícia’⁴⁸” (FOUCAULT, 2008a, p.371) e também o dispositivo “diplomático-militar” que manter uma relação de forças e o desenvolvimento das forças internas para que a razão política possa funcionar⁴⁹.

Em suas análises o nosso filósofo afirma que o dispositivo diplomático-militar foi implantado na Europa cujo objetivo era manter o equilíbrio das forças e do poder entre os Estados europeus que até então se encontravam em desarmonia e em plena concorrência, a qual um sempre queria se sobressair em relação ao outro, resquício das guerras religiosas, políticas e

⁴⁷ Ao falar da felicidade, Foucault deixa claro que Chemnitz não se refere à felicidade da população e sim do próprio Estado.

⁴⁸ “Nos séculos XVII e XVIII a ‘polícia’ era uma tecnologia governamental específica do Estado, que deveria englobar tudo o que fosse de seu interesse: as pessoas e as coisas, o que elas faziam e o modo como vivam. O papel da polícia era o de fornecer aos homens melhores condições de viver. Fornecer vida e segurança, recebendo em troca a força do homem como força do Estado” (Caliman, 2001, p.75). Ou seja, a polícia é “os meios necessários para fortalecer o Estado desde o interior” (Castro, 2009, p. 379).

⁴⁹ Foucault ressalta que a manutenção e o desenvolvimento das forças internas tanto do dispositivo militar como da polícia irão se transformar mais tarde em mecanismos de segurança que atuaram não somente como força, equilíbrio e proteção do Estado, e sim com defesa da sociedade.

da Guerra dos Trinta Anos que já havia chegado ao fim. Dentro desse contexto de pós-guerra, que o dispositivo diplomático-militar foi implantado como forma de segurança e de assegurar que um Estado não representasse nenhum perigo a outros Estados ou que um não ficasse em desvantagem em relação ao outro.

O objetivo do dispositivo diplomático-militar “era o equilíbrio da Europa” isto é, “manter certo equilíbrio entre diferentes Estados da Europa” (FOUCAULT, 2008a, p.398-399) e também “manter-se-á a balança da Europa se houver um arranjo para que a diferença entre o Estado mais forte e os que se seguem não seja tal que o mais forte dos Estados possa impor suas leis a todos os outros” (FOUCAULT, 2008a, p. 401). Assim sendo, para que esse equilíbrio tornar-se possível entre os Estados Europeus foram necessárias algumas providências, como: “a limitação do descompasso entre os Estados mais fortes e os mais fracos”, “a constituição de uma aristocracia de Estados, e de uma aristocracia igualitária que adquira uma igualdade de forças”, e “a reunião de várias pequenas potencias para contrabalançar a força da potência superior”. Essas vias tornaram “possível chegar não à concretização de uma paz definitiva, mas de uma paz relativamente universal e definitiva de acordo com a vontade dos próprios Estados em conjunto e em sua pluralidade” (RONE, 2010, p.185). Outros fatores que garantiram o equilíbrio da balança europeia foram: a guerra, o instrumento diplomático e um dispositivo militar permanente. A guerra terá uma razão “puramente diplomática”; o instrumento diplomático que após o surgimento do Tratado de Vestefália que consiste em um tratado multilateral, as linhas de força seguidas pelos diplomatas serão definidas pela necessidade de equilíbrio. Com isso ocorrerá troca, negociação, transferência de territórios, cidades, bispados, portos, abadias, colônias, em função de princípios físicos. Em outras palavras, seria

Em função do princípio pelo qual certo equilíbrio inter estatal deve ser estabelecido de maneira que seja mais estável possível. É uma física dos Estados (...) que vai ser o princípio fundamental dessa diplomacia (FOUCAULT, 2008a, p.405).

Já o estabelecimento de um dispositivo militar permanente como meio de manutenção da balança europeia foi o instrumento que

Levou à profissionalização dos exércitos que dispensavam grandes somas em dinheiro para se manterem. A justificação para isso não era tanto o uso da

força militar em guerras, mas sim a presença no cálculo das relações diplomáticas, políticos e econômicos (RONE, 2010, p.186).

Esse instrumento segundo Foucault, foi fundamental na constituição do equilíbrio europeu, já que “é uma das peças essenciais numa política comandada pelo cálculo dos equilíbrios, pela manutenção de uma força que se obtém pela guerra, ou pela possibilidade da guerra, ou pela ameaça da guerra” (FOUCAULT, 2008a, p. 409). O dispositivo diplomático-militar foi uma organização permanente entre os Estados cuja intenção era o equilíbrio entre os Estados Europeus o que desencadeou a ideia “de uma pluralidade dos Estados Unidos no seio de um mesmo espaço geográfico” (RONE, 2010, p.187).

Além do dispositivo “diplomático-militar” Foucault também analisa a tecnologia da “polícia” que foi essencial para o funcionamento da Razão de Estado. O termo polícia aqui empregado não possui o mesmo significado que utilizamos hoje; na aula de 29 de março de 1978, Foucault demonstra as transformações que ocorrem no conceito dessa palavra ao longo dos séculos. No século XV e no século XVI polícia era utilizada para indicar uma forma de “comunidade ou de associação regida por uma autoridade pública, uma espécie de sociedade humana, na medida em que algo como um poder político, como uma autoridade pública, se exerce sobre ela” (FOUCAULT, 2008a, p. 420). Nos séculos XV e XVI, a polícia também adquire um significado de “conjunto dos atos que vão precisamente reger essas comunidades sob autoridade pública” (FOUCAULT, 2008a, p. 421). Assim serão encontradas expressões como: “polícia e regimento”, “regimento” que designa a forma de governar, associado à palavra polícia. Outro significado que é atribuída a palavra polícia até o século XVI, será o de “resultado positivo e valorizado de um bom governo” (FOUCAULT, 2008a, p. 421). No século XVII a palavra polícia passa ser conceituada de forma completamente diferente, passando a designar a força do Estado e maneira que ela cresce e é utilizada como forma de manter a ordem no interior do Estado.

O controle interno do Estado e a manutenção da boa ordem em seu interior conservam uma relação entre a polícia e o equilíbrio entre os Estados Europeus, isto é, para que haja equilíbrio é necessário que cada Estado possua uma boa polícia que permita o crescimento de suas forças, mas para isso é necessário também que os Estados lancem mão da “estatística” que se torna possível com a polícia. A estatística será o meio do qual cada Estado vai adquirir um conhecimento dos outros Estados, fator importante que haja equilíbrio. Assim esse conhecimento mútuo entre eles permitirá que saibam qual o tipo de população, exército,

recursos naturais, produção, comércio, circulação monetária que cada um possui. Com isso Foucault vai afirmar que:

Polícia e estatística se condicionam mutuamente, e a estatística é, entre a polícia e o equilíbrio europeu, um instrumento comum. A estatística é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como o saber de si do Estado, mas também sobre outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos. (FOUCAULT, 2008a. p.424).

Para Foucault, a conceitualização ao da palavra polícia não se consolidou da mesma forma em todos os Estados europeus. O que significa que embora a teoria da razão de Estado, o equilíbrio europeu foram dispositivos que tiveram suas noções compartilhadas por diversos países europeus, o dispositivo da polícia não funcionará da mesma forma e tão pouco terá o mesmo modelo de institucionalização nos diferentes países europeu. Mas de acordo com suas análises, Foucault afirma que embora a sua noção varie de país para país o seu objetivo consisti sempre no aumento das forças do Estado. Assim um Estado de polícia vai se caracterizar pelas atividades que os homens desenvolvem e que resulta no desenvolvimento de forças do Estado. Para discutir a questão da polícia, Foucault leva em consideração obras de alguns autores como Turquet de Mayerne, aonde ele vai dizer que através do projeto elaborado por Turquet de Mayerne, “vemos, no fundo, a que se prende esse projeto de grande polícia. É a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 433).

Contudo a polícia vai tomar como instrumento tudo que for necessário para que a atividade do homem se integre ao Estado e se transforme na força necessária para conservar o Estado, o que fará com que a polícia passe a se ocupar de questões tais como: a quantidade de homens e sua utilidade estatal e fazer com que esse número aumente, já que a força do Estado depende da quantidade de habitantes. Assim sendo, o primeiro objeto da polícia vai ser “a quantidade de homens, o desenvolvimento quantitativo da população em relação aos recursos e possibilidades do território que essa população ocupa” (FOUCAULT, 2008a, p.435).

A preocupação com a população como aumento da potência do Estado integra o dispositivo da polícia na *biopolítica*. A partir da preocupação com o número de pessoas o dispositivo se volta para outras questões, questões estas que também são alvos da biopolítica, como: “as necessidades da vida. Porque não basta haver homens, é necessário que eles possam viver e, por conseguinte, a polícia vai se ocupar dessas necessidades imediatas”. Aqui

percebemos uma preocupação em relação à vida e os meios de subsistência: preocupação com a “alimentação, roupas, habitação, calefação”. Essa preocupação envolve uma polícia agrícola a qual tem por objetivo o aumento do povo no campo, o cultivo das terras ainda não cultivadas e a diminuição dos impostos, dos encargos e da malícia. A polícia agrícola por sua vez implica em uma polícia dos cereais a qual consiste em um controle da comercialização e da circulação dos cereais, que envolverá a polícia que se encarregara de fiscalizar a qualidade do que está sendo posto à venda. Outra questão a qual também se tornou da polícia foi à saúde, isto é,

Na medida em que a saúde é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens numerosos, que subsistem graças aos viveres e aos alimentos de primeira necessidade que lhe são fornecidos, esses indivíduos possam trabalhar, exercer atividades, ocupar-se (FOUCAULT, 2008a, p. 435-436).

A preocupação com a saúde que se insere aqui não consiste somente em epidemias que tem como solução o isolamento daqueles que representam um risco ou que possam contaminar outras pessoas. A saúde aqui se transforma em uma preocupação contínua e de intervenção da polícia, iremos ter toda uma política ligada ao problema da saúde. Pois se os homens têm boa saúde eles podem administrar melhor suas atividades, que por sua vez dará suporte para o último objeto da polícia que será a circulação de mercadorias produzidas das atividades dos homens. A polícia toma como alvo esses objetos a fim de assegurar a vida passando a se configurar segundo Foucault, como um

Conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver melhor que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao aumento das forças do Estado. Temos, portanto com a polícia um círculo que, partindo do Estado como poder de intervenção racional e calculado sobre os indivíduos, vai retornar ao Estado como conjunto de forças crescentes ou se fazer crescer – mas que vai passar pelo quê? Ora, pela vida dos indivíduos, que vai agora, como simples vida, ser preciosa para o Estado. (FOUCAULT, 2008a, p.438).

Podemos observar que a polícia se volta para uma série questões que não tem por finalidade a população em si, mas a população na medida em que ela se transforma na força ativa do Estado. Esses objetos a qual a polícia de volta, são típicos do meio urbano. Assim a polícia foi o meio do qual o Estado conseguiu urbanizar o território e através das disciplinas regulamentar os indivíduos e o território. A instauração da polícia associada de uma teoria e de

uma prática governamental inserida no mercantilismo⁵⁰; a polícia como condição da urbanização; a regulamentação; disciplina foram esses os elementos que caracterizaram a prática da polícia durante o século XVII e em meados do século XVIII e que foram fundamentais na formação de uma arte de governar ajustada ao princípio da razão de Estado. Ou seja, foi o mercantilismo, o Estado de polícia, a balança europeia que deram forma a uma nova arte de governar “pautada pelo princípio da razão de Estado”.

A razão de Estado é precisamente uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um apresentado como a construir e edificar. A arte de governar deve estabelecer suas regras de racionalizar suas maneiras de fazer propagando-se como objetivo, de certo modo, fazer do dever-ser do Estado tornar-se. O dever-fazer do governo deve-se identificar como o dever-ser do Estado. O Estado tal como é dado – a *ratio* governamental – é o que possibilitará, de maneira refletida, ponderada, calculada, fazê-lo passar ao máximo de ser. O que é governar? Governar segundo o princípio da razão de Estado é fazer que o Estado, se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que se possa tornar forte diante de tudo que possa destruí-lo (FOUCAULT, 2008b, p.6).

A partir de meados do século XVIII baseando-se nos princípios da razão de Estado, a razão governamental passa a ser caracterizada por uma *economia política*. Segundo Foucault, essa economia política pode ser definida de três modos: primeiro visa certa análise estrita e limitada da produção e da circulação das riquezas; segundo é todo método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação; terceiro é uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes em uma sociedade. Em outras palavras a *economia política* é para Foucault aquilo que possibilitou a autolimitação da razão governamental. Seus objetivos são praticamente os mesmos da razão de Estado: consiste no enriquecimento do Estado, garante um crescimento simultâneo da população e dos meios de subsistência, mantém o equilíbrio entre os Estados para garantir de forma vantajosa e proveitosa a concorrência entre os Estados.

A *economia política* tem por função analisar as práticas governamentais. Ela se coloca como “forma primeira da *ratio* governamental autolimitativa”. Assim será essa economia a introduzir na arte de governar uma “autolimitação” e um “princípio de verdade econômica no interior da razão governamental” que possibilitará “que a ação governamental se

⁵⁰ O mercantilismo não é uma doutrina econômica. É certa organização da população e dos circuitos comerciais de acordo com o princípio de que, primeiro, o Estado deve enriquecer pela acumulação monetária; segundo deve fortalecer pelo crescimento da população; terceiro, deve estar e se manter num estado de concorrência permanente com as potências estrangeiras (Foucault, 2008b, p.08).

limite em função da natureza do que ela faz e daquilo sobre o que ela age” (FOUCAULT, 2008b, p. 23). Assim

Com a *economia política* entramos, portanto na era cujo princípio poderia ser o seguinte: um governo nunca sabe o bastante que corre o risco de sempre governar de mais, ou também: um governo nunca sabe direito como governar apenas o bastante” (FOUCAULT, 2008b, p. 24).

Essa autolimitação da razão governamental nos remete a um novo tipo de racionalidade política que não se iguala a razão de Estado e é chamada de liberalismo⁵¹. O liberalismo não como forma de estatização das sociedades, mas como um processo de governmentalização do Estado em torno da população, o que vai inserir o liberalismo dentro do contexto do biopoder. E dentro dessa racionalidade política o processo educacional nas escolas assume a função de conduzir condutas, educar e gerir o aluno em uma maquinaria de sequestro e governo, isto é, dentro do exercício do poder disciplinar e da biopolítica, desenvolvendo o que é chamado de capital humano, onde é cada vez mais crescente uma educação voltada para áreas técnicas e valorização de nível de escolaridade pelas empresas. Isso gera um grande investimento educacional que se inicia na infância e continua ao longo da vida, visando a competitividade de mercado. Porém tal investimento não se resume ao simples aprendizado, ele perpassa o biológico, o estatístico, ou seja, insere a educação dentro da biopolítica para que o neoliberalismo possa atuar.

2.3 O processo educacional nas escolas a partir da dinâmica biopolítica e neoliberal

Como já foi abordado no capítulo anterior, a concepção de Foucault a respeito da educação gira em torno da noção de poder, um poder do tipo disciplinar que forja o indivíduo disciplinado dentro da sua própria tecnologia. No entanto, a partir de experimentos, foi possível constatar que essa tecnologia que disciplina o corpo-aluno sofreu grandes modificações, pois com o passar do tempo uma nova mentalidade surgiu, um novo aluno surgiu, assim novas técnicas e metodologias tornaram-se necessárias no processo ensino-aprendizagem nas instituições escolares. Talvez não seja mais viável falar em técnicas disciplinares, não da forma que se manifestava no século XVIII, já que hoje a manifestação de “poder” dentro das instituições escolares se afasta cada vez mais desse controle e adestramento dado pelas

⁵¹ Segundo Edgardo Castro, devemos entender o liberalismo como sendo um princípio e um método de racionalização do exercício do governo.

disciplinas. O que temos então, é a possibilidade de uma discussão do processo educacional nas escolas a partir de uma dinâmica biopolítica ou dentro de uma governamentalidade biopolítica moldada pelo neoliberalismo, o qual assume o papel de formação do sujeito.

Se analisarmos o modo de educação da antiguidade, é possível percebermos que a educação voltada para a formação integral do homem, não é característica própria da educação na nossa atualidade, como por exemplo, para os gregos, “a educação é componente fundamental da natureza humana” (JAEGER, Werner. 1994, p.24) e ela objetivava a formação integral do homem. Com isso,

Educar implica em reconhecer que a condição humana é aprendida, que é historicamente produzida, que a educação é um projeto definido no tempo e no espaço humano e natural. Significa formar o homem, engendrar, isto é, fazer, produzir, a pessoa humana, para a vida em sociedade. Implica em reconhecer que a tarefa de fazer-se homem, a hominização de si, renova-se a cada nascimento, a cada geração, a cada criança. Somos seres sociais, animais políticos, entes sensíveis, coabitantes da mesma terra, viajantes da história. (BORTOLINI. NUNES. 2018, p.24)

A educação brasileira tornou-se em um dos parâmetros para o desenvolvimento social. Embora muitas vezes as escolas se tornam alvo de violências físicas e morais que parecem não ter fim, ocasionadas em parte pelos próprios alunos que fazem dos educandários áreas de confrontos, mas não de ideias e sim de uma violência estagnada, movida por ódio e desrespeito que se alastram por meio de redes sociais e se concretizam em um ambiente que deveria imperar ações corretas guiadas por uma consciência ética, onde o aprendizado seria uma consequência de uma formação valorativa. A formação valorativa consiste em uma educação necessária a vida e a sociedade que integrados ao conhecimento leva ao processo de transformação, de formação e conseqüentemente de humanização. Pois o aluno é um sujeito pensante capaz de criar, reconstruir ou até mesmo construir novos conceitos, conhecimentos e valores que contribuem para o seu exercício enquanto cidadão dentro de uma sociedade que objetiva a democracia e cabe a escola cumprir esse papel de formadora ativa no processo educacional.

Seguindo o pensamento foucaultiano, mesmo que o poder disciplinar não seja mais exercido da mesma forma, ele ainda se faz presente dentro da instituição escolar e sua manifestação muitas vezes é perversa, pois a exigência de uma melhor formação para a competitividade no mercado de trabalho, requer um disciplinamento maior, o que leva um controle mais severo. Além das disciplinas existe também a manifestação da biopolítica que pode ser apontada de várias maneiras, como por exemplo: hoje há grandes discussões em torno

da educação, como que tipo de ensino deve imperar nas escolas, quais tipos de conteúdo devem ser obrigatórios aos alunos, quais podem ser opcionais, tecendo uma grande linha de desvalorização profissional e colocando em questão a utilidade da formação integral, pois com o que é chamado de “Reforma da educação”, muitos conteúdos que contribuem para a formação integral dos alunos e para o exercício da cidadania seriam deixados de lado.

A normatização do ensino por meio da lei se deu de forma mais acentuada a partir do surgimento da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) durante o Período Militar, para direcionar o ensino primário e secundário. Contudo, não podemos esquecer que em 1934 a Constituição Federativa, já havia normatizado o processo educacional sob leis específicas do governo, manifestando assim a biopolítica.

Assim, a educação escolar seria um meio político que perpassa a vida da população como meio de controle eficaz, previsto na Constituição a qual resguarda o direito do governo estatal de manter a sociedade sob a maquinaria do biopoder que se dará a partir da articulação da biopolítica e das disciplinas.

Como a nova tecnologia do poder consiste em planejar e controlar a vida da população, a constituição mantém a mesma estrutura do sistema educacional brasileiro, no qual cabe ao governo planejar e organizar as finalidades e diretrizes da educação nacional, fixando o plano nacional de educação. (PIMENTEL. CORRÊA. p.15)

Segundo a Constituição, a educação é um direito e dever de todos, pois ela se pauta no exercício da liberdade e promove a cidadania, dentro do meio social. Com isso, a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988. Art.205). Isto é, é um direito que começa em casa, com a família e abrange o âmbito social e estatal objetivando o pleno desenvolvimento e aprendizado do aluno desde as séries iniciais até as finais para que ele seja preparado para exercer seus direitos e deveres de cidadão dentro de uma democracia a qual ele é parte que contribui para a formação de um todo.

De acordo com o pensamento de Michel Foucault, essa formação integral que leva o desenvolvimento intelectual, social e ao exercício pleno da democracia e cidadania, não passa de controle em massa para inserir o indivíduo dentro de uma governamentalidade biopolítica. Em outras palavras, inseri-los dentro de uma “governamentalidade democrática, isto é, a produção de ações de governo que consistem em constituir os sujeitos como cidadãos para que

eles possam ser governados” (GALLO, 2017. p.77), ou seja, “mais cidadania significa também mais regulação” (SILVA, 1988. p.8).

Somos assujeitados a cidadãos; somos, compulsoriamente, subjetivados para obedecer aos princípios básicos de uma sociedade democrática. Devemos participar; devemos confessar nossa verdade política no voto; devemos confessar nossa verdade técnica no trabalho; devemos confessar a verdade do que somos nos mais diversos processos sociais, porque somos cidadãos de direitos. Temos direito à educação, direito à saúde, direito ao trabalho etc., temos direito de ser, por isso somos. A biopolítica da governamentalidade democrática produz o “sujeito de direitos” (GALLO, 2017. p. 89)

Ao falar de uma governamentalidade biopolítica não é possível mais falar em um poder soberano, autoritário, como o poder do rei sobre seus súditos, e sim de uma democracia que permite que tal poder possa intervir nos problemas populacionais. Assim, o que a biopolítica governa é a população, por meio da estatização da sociedade para que os problemas populacionais se tornem problemas do governo. Isto é, o alvo da biopolítica é a população, por isso esse mecanismo de poder lança mão de um saber econômico como meio de controlar a sociedade através de mecanismos de segurança.

E é claro que a educação é um alvo de preocupação do poder governamental. A educação escolar foi inserida nesse contexto biopolítico a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como forma de conduzir a educação e criar uma base comum para o ensino brasileiro. A criação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) trouxeram a garantia de uma base comum por meio de leis e diretrizes que servem de referência para a prática de ensino e maior controle político no campo educacional.

No entanto, mesmo com o domínio da biopolítica dentro da área educacional, a escola assume a função de formadora, onde o aluno se torna personagem principal no desenvolvimento do ensino e também é preparado para a sociedade, a qual ele é capaz de transformá-la. Pois atualmente a escola é vista como uma ponte que leva ao ingresso as universidades, faculdades, cursos técnicos e conseqüentemente ao mercado de trabalho. O aluno ao ingressar no Ensino Médio já começa a se preparar para as provas que definirão o seu futuro depois de três anos, quando concluírem a educação básica. Aqui surge a ideia de uma educação neoliberal⁵². Nesse contexto voltado para o neoliberalismo, destaca-se a importância dada aos alunos para a inserção no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino Médio.

⁵² neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia

Com base no pensamento foucaultiano, é possível percebermos que as políticas neoliberais se encontram cada vez mais inseridas nas escolas. A propagação de ideias, o domínio de poder por meio dessa dinâmica neoliberal transforma o ato de educar em um ato de condução para a inserção no mercado de trabalho. Essas políticas neoliberais são características da globalização⁵³ que ao mesmo tempo que trouxe avanços, trouxe também retrocessos, pois na medida que levou a ampliação do mercado, a expansão do comércio, uma integração econômica, social, cultural e política, trouxe o desenvolvimento do capitalismo, que leva ao processo de alienação, transformando o ser humano em sujeito assujeitados e conduzidos por esse sistema. Esse mecanismo de poder que se insere dentro da biopolítica são mecanismo de regularização e controle sobre a população viva, cujo o biopoder tem a função de “fazer viver”, pois consistem em capital humano responsáveis úteis enquanto indivíduos que compõe a massa populacional para que a biopolítica possa intervir capilarmente no âmbito social e institucional. No processo educacional a globalização trouxe o desenvolvimento de padrões regulatórios e normalizadores a partir de uma governamentalidade política ou da arte de governar.

2.4 Experimento II: Linhas de Fuga!

Com já foi descrito acima, a educação escolar é um processo o qual visa preparar o educando para o exercício de cidadania dentro de uma sociedade democrática. Com isso, a educação foge da concepção de que seu objetivo se volta apenas para o mercado de trabalho, onde o aluno ao concluir o ensino regular, ele ingressa no mercado de trabalho, tornando-se algumas vezes em só mais um dado estatístico do monopólio capitalista. Tal concepção leva a propagação de ideias neoliberais dentro do ambiente escolar, pois liga

...a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro lado, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão de ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço da alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal. (SILVA, 1998, p.12)

⁵³ Segundo Débora B. R. Segantine e Janete B. N. Marcelino, a globalização é a base da tendência neoliberal em que vivemos hoje. A globalização é um fenômeno capitalista e complexo, que desenvolveu a partir da Revolução Industrial e atingiu seu ápice após a Segunda Guerra Mundial.

O neoliberalismo no campo educacional pode ser visto com uma forma de regulamentação e controle, isto é, é uma técnica de governo que se faz presente amplamente na instituição escolar. No entanto, como esse poder se manifesta dentro das nossas escolas? Qual é o seu impacto no processo de formação dos alunos?

Como meio de esclarecer de tais questões, a Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro tornou-se novamente objeto de experimento de análise. Localizada em uma área central na cidade de Montes Claros no Estado de Minas Gerais, a escola se divide em nível fundamental e médio. A clientela da escola é diversificada, pois atende a cidade de Montes Claros como um todo e regiões adjacentes, por esse motivo, nós professores nos deparamos com diferentes culturas, costumes e valores.

Durante os meses de fevereiro e março de 2019 foram observadas dezesseis turmas de Ensino Médio, dez turmas de primeiro ano e seis de terceiros. Nessas turmas foram debatidas a importância da educação para a formação do ser humano, devido ao público diversificado, surgiram várias concepções em torno do assunto. Logo após as discussões que se deram em sala de aula, três turmas de terceiros anos foram escolhidas para aplicação de um questionário com o intuito de diagnosticar a importância do ensino, a função da escola, as dificuldades, a participação da família no processo de ensino aprendizagem e o que irão fazer após a conclusão do Ensino Médio.

Durante o período de observação foi possível constatar que apesar da maioria do corpo discente se preocupar com a inserção no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino Médio, eles também enxergam o ensino como uma preparação para o exercício da cidadania e como útil para a formação integral do ser humano. Já o questionário aplicado foi elaborado com questões fechadas para coleta de dados e questões abertas com o intuito de obter informações e opiniões dos alunos entorno do tema abordado. Para fins de tabulação, chamaremos as turmas questionadas de X, Y e Z. Na turma X trinta e sete alunos responderam o questionário, na turma Y trinta e três responderam e na turma Z trinta e dois responderam.

TABELA 5

A escola contribui para a formação integral do aluno?

Turmas	Sim	Não
Turma X	36	1
Turma Y	32	1
Turma Z	32	0

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 6

A escola prepara ou contribui para a formação do bom cidadão?

Turmas	Sim	Não
Turma X	35	2
Turma Y	24	9
Turma Z	27	5

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

Em relação a manifestação de poder dentro da escola, seja o disciplinar ou a biopolítica os alunos afirmaram que não enxergam a manifestação de tais poderes, não de forma negativa. Para eles, o poder que se faz presente no âmbito escolar é essencial e necessário para o processo de ensino aprendizagem, visto que a organização no ambiente escolar, as exigências, as regras contribuem para a formação integral e é a base para o exercício de cidadania. E quando se trata de cidadania dentro de uma democracia, não se pode falar em formas padronizadas geradas pela manifestação do adestramento, da docilização das disciplinas.

TABELA 7

Vocês pensam que existe manifestação de poder dentro da escola?

Turmas	Sim	Não
Turma X	21	16
Turma Y	5	28
Turma Z	26	6

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

Com base no questionário é possível observarmos também, que embora exista uma grande preocupação em relação ao ingresso no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino

Médio, o corpo discente compreende que aprender vai além das imposições do neoliberalismo, pois compreendem o verdadeiro conceito de ser estudante.

As tabelas a seguir demonstra as áreas em que os discentes encontram mais dificuldades, o que ser estudante significa, qual a utilidade do ensino escolar para as suas vidas, o que esperam do futuro, qual curso superior pretendem ingressar, se existe acompanhamento por parte da família e como é a relação com os professores em relação ao ensino.

TABELA 8

O que significa ser estudante?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Ter mais chance para aprender	13	15	15
Tem mais chance de conseguir um emprego	4	7	7
Ter mais possibilidade de ser aprovado no vestibular	20	11	10
Outros	0	0	0

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 9

Em qual área apresentam maior dificuldade?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Área de linguagem	7	9	7
Ciências exatas e da natureza	24	17	17
Ciências humanas	5	2	2
Nenhuma	1	5	6

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 10

Ao concluir o Ensino Médio, pretende?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Ingressar em uma Universidade	31	23	26
Fazer um curso técnico	4	5	3
Aprender práticas para o seu dia a dia	1	3	1
outro	1	2	2

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 11

Você dedica tempo aos seus estudos, porquê?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Acha importante para a sua vida	31	27	25
Seus pais o obrigam	2	2	0
Muitos dos seus amigos estudam e você se espelha neles	1	0	2
Nunca pensou no assunto	3	4	5

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 12

O que você tem aprendido na escola	Turma X	Turma Y	Turma Z
É completamente inútil para a sua vida.	0	1	0
Não tem nenhuma importância para o que lhe interessa.	0	0	1
Tem coisas úteis e inúteis em número equilibrado.	25	15	11
Tem tudo a ver com o que você necessita para o seu futuro.	12	17	20

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 13

O que influencia em suas decisões para o seu futuro?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Ideal de trabalho	24	22	15
Mercado de trabalho favorável	5	5	10
O trabalho do meu pai e/ou da minha mãe	0	0	1
Uma profissão que dá dinheiro	7	6	6

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 14

Se pretende cursar um curso superior, qual seria?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Curso na área de licenciatura	0	1	1
Medicina	7	5	7
Direito	9	6	7
Outro	21	21	17

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 15

Como você classifica a participação/acompanhamento de seus pais e/ou família no seu desenvolvimento escolar?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Presente	12	16	9
Razoavelmente presente	21	13	17
Ausente	4	4	6

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

TABELA 16

O que é mais importante para você em uma escola?	Turma X	Turma Y	Turma Z
Professores qualificado.	31	24	28
Que disponha de biblioteca com acervo e Laboratório.	1	3	2
Que seja um ambiente para fazer amigos.	1	1	2
Outros.	4	5	0

Fonte: Dados coletados a partir da aplicação de questionário

Com o desenvolvimento prático da minha pesquisa foi possível constatar que a escola recebe alunos de diversas regiões, com cultura, costumes e valores diversificados. Muitas vezes essas diversidades contribuem para uma formação valorativa que integra o sujeito dentro de um contexto social, o qual muitas vezes parece estranho a ele. Com isso, o ensino-aprendizagem não se fundamenta em uma educação bancária, ela vai muito mais além, pois leva o aluno a compreender que ela

será útil não apenas para o ingresso ao ensino superior, mas é também parte da sua formação integral. Assim a escola dá a possibilidade para que o aluno entenda o verdadeiro sentido de aprender.

A partir de dados coletados foi possível constatar que além de conseguir um emprego ou ser aprovado no vestibular, o ato de aprender é importante para o desenvolvimento intelectual. Mesmo em meio às dificuldades, seja em alguns conteúdos ou até mesmo a ausência de pais ou responsáveis, há o esforço e persistência por parte da maioria dos discentes em concluir o ensino regular para que possam integrar esse ensino em algo que eles julgam essencial para o seu futuro. Hoje, nem todos objetivam a entrada nas universidades, as decisões no que diz respeito ao futuro de cada um estão cada vez mais diversificadas, voltando-se para cursos técnicos, concurso e até mesmo práticas para o dia-a-dia. Para que os seus objetivos sejam concretizados o aluno assume o papel de sujeito ativo nesse processo cobrando cada vez mais professores qualificados, que os incentivem a melhorar e estão disponíveis para esclarecer dúvidas, dando oportunidades para que possam expor suas opiniões, ideias e conhecimentos, explicando até que não fiquem dúvidas em relação ao conteúdo, e assim demonstrando domínio do conteúdo lecionado a partir de aulas mais dinâmicas e atrativas.

Sendo assim, podemos dizer que a educação escolar ainda cumpre sua missão que é educar, ensinar e preparar o aluno a sociedade. É claro que para nós professores essa tarefa nem sempre é fácil, pois mesmo que haja o interesse da maioria dos discentes, ainda há a indisciplina de alguns que dificulta o exercício do ensinar. Tais dificuldades nos convidam a repensar e reelaborar a metodologia de ensino adotada em sala de aula, promovendo mudanças nas práticas pedagógicas, promovendo um ensino que gere de certa forma um sujeito autônomo, capaz de criar, pensar e formar novos conceitos e conhecimentos no âmbito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Michel Foucault foi um grande pensador e seu pensamento girava em torno de assuntos considerados “corriqueiros” para serem tratados por um filósofo e isso fez com que muitos se perguntassem se Foucault poderia ser considerado um filósofo de verdade. Foucault discorre sobre vários assuntos, dentre os quais podemos destacar: a sexualidade, a psiquiatria, a medicina, a loucura, a política, o poder, as instituições, o cuidado de si e a educação. A morte de Michel Foucault no dia 25 de junho de 1984 significou uma interrupção a uma vida brilhante que transbordava inteligência e um extremo compromisso com a vida cotidiana, com a política, com a filosofia e com o saber.

A importância de Michel Foucault para o pensamento ocidental é enorme. Suas influências percorrem um caminho longínquo que vão dos assuntos mais simples aos mais complexos. E este pensamento que se matem vivo, faz com que ele ainda seja lembrado mesmo depois de sua morte.

Devido a importância do pensamento foucaultiano, suas análises em torno do poder dentro da instituição escolar serviram de base para o desenvolvimento da minha dissertação, onde tratei do poder que hoje se manifesta dentro das escolas, poder esse que não parte mais de uma disciplina que leva ao adestramento, a docilidade do corpo-aluno em um espaço esquadrihado, fechado, fazendo com que cada gesto, sensação e sentimento seja controlado nesse espaço e tempo. O poder que se manifesta na instituição escolar parte da ordem, visado uma organização que melhore cada vez mais o ensino e conseqüentemente a aprendizagem. Com isso, tira-se o corpo disciplinado e entra em cena as sanções disciplinares as quais não aplicam penalidades severas, mas respeita o aluno enquanto ser humano que deve ser educado e não punido. É claro que a palavra “ordem” se relaciona a ideia de poder, no entanto devemos ter consciência de qual é o tipo de poder que se manifesta na escola.

Atualmente a educação é alvo de várias discussões. Questiona-se o método de ensino, o desempenho e a indisciplina dos alunos, e muitas vezes noticiam-se as violências nas escolas. É claro que não podemos esquecer que falar em educação implica em falar dos procedimentos e das várias técnicas educacionais espalhadas nas sociedades. Essas técnicas vêm acompanhadas de diversos tipos de poderes que visam manter o controle, mas talvez não como forma de disciplinamento em seu conceito negativo e sim como meio de fazer com que o ensino seja possível. Assim não podemos falar de um exercício de poder de forma negativa dentro das instituições escolares, mesmo porque Foucault não fala que a educação é negativa, ele critica a forma de atuação de poderes dentro das instituições escolares. A educação exercida

em uma forma positiva visa um ensino adequado que contribui para a formação do aluno para o exercício de cidadania dentro de um meio social democrático.

Dessa forma é possível enxergar a educação e principalmente a instituição escolar como lugar de desenvolvimento crítico e formação do sujeito autônomo, longe da padronização do comportamento dado pelas disciplinas e sim através de uma metodologia “mais natural onde os alunos se permitam e se individualizem, criando barreiras de resistências a todas as formas normatizadoras que lhes são impostas.” (BERNARDELLI, 2013, p. 34) Pois o aluno ao ingressar no Ensino Médio traça uma meta para o seu futuro colocando o ensino como início, meio e fim para alcançá-lo.

As análises aqui feitas trouxeram grandes reflexões que levaram a dúvidas, indagações e questionamentos a respeito dessa instituição de ensino que serve de base para o futuro daqueles que ali se ingressam. As dúvidas se dão devido ao andar de uma metodologia de ensino que desperte diariamente o interesse do aluno em estudar. Tais metodologias que são revisadas, adaptadas e utilizadas geram as indagações feitas por todos nós professores. Pois o porquê de ensinar isso; como ensinar aquilo ou como lidar com a indisciplina de alguns alunos? Não é uma tarefa fácil, e muitas vezes um caminho árduo. Aqui nos remetem a importância das disciplinas, mas não de forma negativa e sim de cunho pedagógico para que o ensino e aprendizagem sejam possíveis a partir da metodologia adotada, visto que se torna necessário a organização do ambiente escolar para que seu objetivo seja alcançado, objetivo este que se volta para o educar, ensinar e aprender. Esses objetivos são grandes desafios, ainda mais quando se trata de conteúdos que para alguns não tem utilidade ou nada altera em suas vidas, como por exemplo, o ensino da filosofia. A sua desvalorização não é própria de alguns alunos dentro da instituição escolar, ela se dá devido a uma rejeição da sociedade ou de uma falta de conscientização e isso reflete no campo escolar. Essa dificuldades nos leva a pensar novas metodologias e aprimorar nosso trabalho, para que o corpo discente se sinta atraído e disposto a aprender para assim formar novos conhecimentos. Com isso a intervenção trouxe a partir de debates, atividades questionários um conhecimento de quem é o aluno, o que ele almeja e como traçar metodologias para que esse aluno seja atendido dentro daquilo que ele espera da escola e como a escola vem contribuindo para sua formação enquanto sujeito crítico capaz de se transformar e transformar a sociedade. Esse mérito se deve a toda a comunidade escolar que participa de forma ativa da formação integral do aluno.

REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. Walter Jose Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. **O poder soberano e a vida nua**: Homo Sacer. Trad. Antônio Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

BARBOSA, Ellen Borges. **Reflexos do pensamento de Foucault na construção da cultura escolar brasileira**. Revista Pandora Brasil - Edição especial Nº 4 - "Cultura e materialidade escolar" – 2011.

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Trad. Guacira Lopes Louro, M. d. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2008

BERNARDELLI, Maria Alcântara. **A indisciplina na visão de Michel Foucault**. In: XII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DO NORTE POONEIRO Jacarezinho. 2013. Anais... UENP- Universidade Estadual do Norte do Paraná – Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras e Comunicação e Arte. Jacarezinho, 2013. ISSN – 18083579, p.28-36.

BORTOLINI, Rosane Wanderscheer. NUNES, Cersar. A padeia grega. Aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego. Filos e educação, SP, v.10, n1. p. 21-26. Jan/abril. 2018. ISSN 1984-9605.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

CALIMAN, Luciana Vieira. **Dominando corpos, conduzindo ações**: genealogias do biopoder em Foucault. Rio de Janeiro. Tese de Mestrado/IMS/ UERJ, 2005.

CAVALCANTE, gabrielle. A educação sofisticada (constantemente referida por Platão). Filosofia e Educação (RFE). Vol 1. N1. Campinas, SP. Fev. Maio, 2017- INSS1984-9605

CARVALHO, Isabella Chaves. Projeto Arquitetônico Escolar: uma proposta voltada à Educação Ambiental. 2009. 227p. Trabalho Final de Graduação (TFG) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU-UFPA). Pará, 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autentica, 2009.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Pensar a educação depois de Foucault: A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle permite entender as atuais mudanças da instituição escolar**. Revista Cult, São Paulo, n 134, p. 54-56, abril, 2009.

CORREA, Paulo Sérgio de Almeida. **A biopolítica Curricular e a subjetivação do trabalho decente**. P.13 -36

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade punitiva** : Curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone C. Bernedetti. São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder e saber**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. Ditos e Escritos.

FOUCAULT, Michel. **Historia da Sexualidade I**: a vontade de saber. 16 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 127 - 149.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Coleção Tópicos.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**: Curso no Collège de France (1973-1974). Martins fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito do poder**. In. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: Curso no Collège de France (1977 – 1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. Coleção Tópicos.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALLO, Sílvio. **Repensar a educação**: Foucault. Ed.1. Educação e Realidade. UFRGS, 2004.

GALLO, Sílvio. **Biopolítica e subjetividade**: resistência? Educar em revista, Curitiba, Brasil, n66, p.77-94, out/dez. 2017.

GENTILI, Pablo A. A. SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, Qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GODINHO, Eunice Maria. **Educação e disciplina**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

MACHADO, R. **Introdução: Por uma Genealogia do Poder**. In: FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1979.

MOURA, Thelma Maria. **Foucault e a Escola: disciplinar, examinar, fabricar**. 2010. 89f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: Ensaio de biopolítica. São Paulo: iluminuras LTDA, 2003.

PIMENTEL, Glaybe Antonio Sousa ; CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. A biopolítica Curricular e a subjetivação do trabalho docente. P.13-36

POGREBINSCHI, Thamy. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo, 2004.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 113 – 249.

SANTOS, Rone Eleandro. **Genealogia da Governamentalidade em Michel Foucault**. Belo Horizonte. Tese de Mestrado/FFCH/ UFMG, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Liberdades Reguladas** : A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petropolis : Editora Vozes, 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2ed. Belo Horizonte : Autentica, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord). **Repensando a Didática**. 21 ed. Rev. Atual. Campinas, SP : Papirus, 2004.

APÊNDICE 1

Prezado (a) professor (a),
Este questionário faz parte de uma dissertação de mestrado da Universidade Federal do Paraná com núcleo na Unimontes, cujo tema é EDUCAÇÃO E BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT.
Sua participação é de grande importância para a conclusão do mesmo.
Desde já, agradeço.
Atenciosamente,
Aliane Silva Alves Soares

QUESTIONÁRIO - DOCENTES

1- Sexo:

() Masculino () Feminino

Idade: _____

2- Situação Funcional: () Efetivo . () Designado. () Outro Qual? _____

3- Formação Inicial: () Licenciatura () Bacharelado

4- Pós-Graduação: () Especialização. () Mestrado. () Doutorado.

5- Tempo de serviço no Ensino Médio público estadual: _____

6- Há quanto tempo você atua na área da educação: () entre 1 e 3 anos () de 4 a 5 anos. () Entre 6 e 9 anos. () Mais de 10 anos.

Qual o conteúdo que você leciona? _____

7- Você encontra dificuldades em sua prática pedagógica? Sim () Não ()

Comente, se possível, a sua opção de resposta.

8- Quais são as práticas de indisciplina mais frequentes que você vivencia em seu ambiente escolar

9- Quais as práticas metodológicas que você adota para sanar a indisciplina?

10- Em sua opinião as sanções disciplinares ajudam conter as indisciplinas dos alunos?

() Sim () não

Comente, se possível, a sua opção de resposta.

11- Esse espaço é seu!

Fique à vontade para comentar algo sobre o que gostaria de dizer e não foi contemplado nesse questionário.

APÊNDICE 2

Prezado (a) aluno (a),
Este questionário faz parte de uma dissertação de mestrado da Universidade Federal do Paraná com núcleo na Unimontes, cujo tema é EDUCAÇÃO E BIOPOLÍTICA EM MICHEL FOUCAULT.
Sua participação é de grande importância para a conclusão do mesmo.
Desde já, agradeço.
Atenciosamente,
Aliane S. A. Soares

QUESTIONÁRIO – DISCENTE

1- Sexo:

Masculino Feminino

1- Idade: _____

2- Série: _____

3- Você acha que o ensino escolar contribui para a sua formação integral?

Sim Não

4- Você acha que a escola prepara ou contribui para a formação do bom cidadão?

Sim Não

5- Em sua opinião, há manifestação de poder dentro da escola?

Sim Não

Se sim, qual? _____

6- Ser estudante significa para você:

Ter mais chance para aprender

Ter mais chance de conseguir um emprego no futuro

Ter mais possibilidade de ser aprovado em vestibular no futuro

Outro _____

7- Em quais disciplinas você tem mais dificuldades para aprender?

Área de Linguagens

Ciências Exatas e da Natureza

Ciências Humanas

Nenhuma

8- Ao concluir o Ensino Médio você pretende:

ingressar na Universidade

fazer um curso técnico

aprender coisas práticas para o seu dia a dia

outro _____

9- Se você sempre dedica tempo aos seus estudos, porquê?

- () Acha importante para a sua vida
 () Seus pais o obrigam
 () Muitos dos seus amigos estudam e você se espelha neles
 () Nunca pensou no assunto

10- Em geral, o que você tem aprendido na Escola:

- () É completamente inútil para a sua vida
 () Não tem nenhuma importância para o que lhe interessa
 () Tem coisas úteis e inúteis em número equilibrado
 () Tem tudo a ver com o que você necessita para o seu futuro

11- Se você já decidiu sobre o seu futuro, o que mais influenciou nesta decisão:

- () O meu ideal de trabalho
 () Mercado de trabalho favorável
 () O trabalho do meu pai e/ou da minha mãe
 () A uma profissão que dá dinheiro

12- Se você pretende cursar um curso superior, qual você escolheu:

- () Curso na área de licenciatura
 () Medicina
 () Direito
 () Outro _____

13- Como você classifica a participação / acompanhamento de seus pais e / ou família no seu desenvolvimento escolar:

- () presente () razoavelmente presente () ausente

13 Os seus pais / responsáveis acompanham e entendem os resultados da sua aprendizagem?

- () sim () não

14- O que é mais importante para você numa Escola?

- () Que os professores sejam qualificados
 () Que disponha de biblioteca com acervo e laboratórios
 () Que seja um ambiente para fazer amigos
 () Outro:

15-

CONSIDERANDO A MAIORIA DE SEUS PROFESSORES, VOCÊ PERCEBE QUE ELES: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Incentivam os alunos a melhorar			
Estão disponíveis para esclarecer as dúvidas dos alunos			
Dão oportunidade aos alunos para exporem opiniões nas aulas.			
Relacionam-se bem com os alunos			

CONSIDERANDO A MAIORIA DE SEUS PROFESSORES, VOCÊ PERCEBE QUE ELES: (Marque apenas UMA OPÇÃO em cada linha)	Nunca	Algumas vezes	Frequentemente
Continuam a explicar até que todos entendam a matéria			
Mostram interesse pelo aprendizado de todos os alunos			
Realizam uma avaliação justa			
Variam a maneira de apresentar/ expor as matérias			
Demonstram domínio da matéria que ensinam			
Cobram as tarefas passadas para casa			

16-Esse espaço é seu!

Fique à vontade para comentar algo sobre o que gostaria de dizer e não foi contemplado nesse questionário.
